

***O Tradutor e Intérprete
de Língua Brasileira de Sinais
e Língua Portuguesa***



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Tarso Genro

Secretário Executivo

Fernando Haddad

Secretária de Educação Especial

Claudia Pereira Dutra

DRA. RONICE MÜLLER DE QUADROS

*Intérprete da língua brasileira de sinais e língua portuguesa; Pedagoga; Mestre e Doutora em Linguística Aplicada.
Professora e pesquisadora da Universidade Luterana do Brasil. E-mail: ronice@ronice.com.br*

*O tradutor e
intérprete
de língua brasileira
de **SINAIS** e
língua portuguesa*

**PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À
EDUCAÇÃO DE SURDOS**

Brasília
2004

O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília : MEC ; SEESP, 2004. 94 p. : il.

1. Língua de sinais. 2. Professor intérprete.

I. Título.

CDU376

Apresentação

Esta publicação intitulada "O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa", que faz parte do Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos.

Esse Programa tem como um de seus objetivos apoiar e incentivar o desenvolvimento profissional de professores que estarão atuando, em qualquer ambiente educacional, como intérprete de língua de sinais, colaborando para que a comunidade escolar e a sociedade se modifiquem e se abram para o surdo.

Estabelecido legalmente o direito de o aluno surdo ter acesso aos conteúdos curriculares por meio da utilização da língua brasileira de sinais e/ou por intermediação de professores intérpretes, o MEC/SEESP, em parceria com a FENEIS, está colocando este material à disposição das Secretarias de Educação, para que possam ser organizados cursos de capacitação dos professores.

Estamos certos de que a formação adequada de professores intérpretes contribuirá para a melhoria do atendimento e do respeito à diversidade lingüística e sociocultural dos alunos surdos de nosso país.

Secretária de Educação Especial

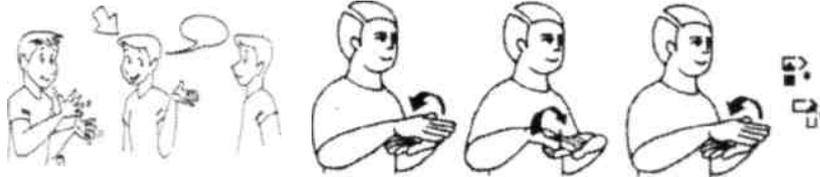
Sumário

Mini-dicionário dos intérpretes de língua de sinais	7
1. História do profissional tradutor e intérprete de língua de sinais	13
2. Língua de sinais brasileira	19
3. O intérprete de língua de sinais	27
4. O código de ética	31
5. Regulamento para atuação como tradutor e intérprete de língua de sinais	41
6. Resoluções do encontro de Montevideu	47
7. A formação de intérpretes no mundo e no Brasil	51
8. O intérprete educacional	59
9. Modelos de tradução de interpretação	73
10. O intérprete e os discursos a interpretar	79
11. Contrastes entre a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa	83
12. O futuro profissional tradutor e intérprete de língua de sinais	87
Referencial bibliográfico	89

Minidicionário dos intérpretes de língua de sinais

Intérprete - Pessoa que interpreta de uma língua (língua fonte) para outra (língua alvo) o que foi dito.

Intérprete de língua de sinais - Pessoa que interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua, ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais.



Língua - É um sistema de signos compartilhado por uma comunidade lingüística comum. A fala ou os sinais são expressões de diferentes línguas. A língua é um fato social, ou seja, um sistema coletivo de uma

² Ilustração do Dicionário de Língua de Sinais Brasileira de Fernando Cezar Capovilla e Walkiria Duarte Raphael.

determinada comunidade lingüística. A língua é a expressão lingüística que é tecida em meio a trocas sociais, culturais e políticas. As línguas naturais apresentam propriedades específicas da espécie humana: são recursivas (a partir de um número reduzido de regras, produz-se um número infinito de frases possíveis), são criativas (ou seja, independentes de estímulo), dispõem de uma multiplicidade de funções (função argumentativa, função poética, função conotativa, função informativa, função persuasiva, função emotiva, etc.) e apresentam dupla articulação (as unidades são decomponíveis e apresentam forma e significado).

Linguagem - É utilizada num sentido mais abstrato do que língua, ou seja, refere-se ao conhecimento interno dos falantes-ouvintes de uma língua. Também pode ser entendida num sentido mais amplo, ou seja, incluindo qualquer tipo de manifestação de intenção comunicativa, como por exemplo, a linguagem animal e todas as formas que o próprio ser humano utiliza para comunicar e expressar idéias e sentimentos além da expressão lingüística (expressões corporais, mímica, gestos, etc).

Línguas de sinais - São línguas que são utilizadas pelas comunidades surdas. As línguas de sinais apresentam as propriedades específicas das línguas naturais, sendo, portanto, reconhecidas enquanto línguas pela Lingüística. As línguas de sinais são visuais-espaciais captando as experiências visuais das pessoas surdas.

Língua brasileira de sinais - A língua brasileira de sinais é a língua utilizada pelas comunidades surdas brasileiras.

Lingüística - É a ciência da linguagem humana.

LIBRAS - É uma das siglas para referir a língua brasileira de sinais: Língua BRASileira de Sinais. Esta sigla é difundida pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos - FENEIS.

LSB - É outra sigla para referir-se à língua brasileira de sinais: Língua de Sinais Brasileira. Esta sigla segue os padrões internacionais de denominação das línguas de sinais.

Língua fonte -É a língua que o intérprete ouve ou vê para, a partir dela, fazer a tradução e interpretação para a outra língua (a língua alvo).

Língua alvo -É a língua na qual será feita a tradução ou interpretação.

Modalidades das línguas - oral-auditiva, visual-espacial, gráfica-visual - As línguas apresentam diferentes modalidades. Uma língua falada é oral-auditiva, ou seja, utiliza a audição e a articulação através do aparelho vocal para compreender e produzir os sons que formam as palavras dessas línguas. Uma língua sinalizada é visual-espacial, ou seja, utiliza a visão e o espaço para compreender e produzir os sinais que formam as palavras nessas línguas. Tanto uma língua falada, como uma língua sinalizada, podem ter representações numa modalidade gráfica-visual, ou seja, podem ter uma representação escrita.

Modalidades de tradução-interpretação - língua brasileira de sinais para português oral, sinais para escrita, português para a língua de sinais oral, escrita para sinais - Uma tradução sempre envolve uma língua escrita. Assim, poder-se-á ter uma tradução de uma língua de sinais para a língua escrita de uma língua falada, da língua escrita de sinais para a língua falada, da escrita da língua falada para a língua de sinais, da língua de sinais para a escrita da língua falada, da escrita da língua de sinais para a escrita da língua falada e da escrita da língua falada para a escrita da língua de sinais. A interpretação sempre envolve as línguas faladas/sinalizadas, ou seja, nas modalidades orais-auditivas e visuais-espaciais. Assim, poder-se-á ter a interpretação da língua de sinais para a língua falada e vice-versa, da língua falada para a língua de sinais. Vale destacar que o termo tradutor é usado de forma mais generalizada e inclui o termo interpretação.

Ouvintes - O termo 'ouvinte' refere a todos aqueles que não compartilham as experiências visuais enquanto surdos.

Surdez - A surdez consubstancia experiências visuais do mundo. Do ponto de vista clínico comumente se caracteriza a surdez pela diminuição da acuidade e percepção auditivas que dificulta a aquisição da linguagem oral de forma natural.

Surdos - São as pessoas que se identificam enquanto surdas. Surdo é o sujeito que apreende o mundo por meio de experiências visuais e tem o direito e a possibilidade de apropriar-se da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento e garantir o trânsito em diferentes contextos sociais e culturais. A identificação dos surdos situa-se culturalmente dentro das experiências visuais. Entende-se cultura surda como a identidade cultural de um grupo de surdos que se define enquanto grupo diferente de outros grupos. Essa cultura é multifacetada, mas apresenta características que são específicas, ela é visual, ela traduz-se de forma visual. As formas de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as formas ouvintes.

Surdo-cego - Uma definição funcional refere ao surdo-cego como aquele que *tem uma perda substancial da visão e da audição, de tal modo que a combinação das suas deficiências cause extrema dificuldade na conquista de habilidades educacionais, vocacionais, de lazer e sociais. A palavra chave nesta definição é COMUNICAÇÃO. (...) A surdez-cegueira, na sua forma extrema, significa simplesmente que uma pessoa não pode ver, não pode ouvir, e deve depender total e completamente do tato para se comunicar com os outros (Dr. Richard Kinney, Presidente da Escola Hadley para Cegos - USA)*. Num sentido não-clínico, são aqueles que utilizam a língua de sinais e/ou o tadooma sendo que suas experiências se manifestam através das experiências táteis. Pessoas que usam o tadooma colocam as mãos nos lábios dos falantes ou nas mãos e/ou corpo do sinalizador para "sentir" e significar a língua.

Tradutor - Pessoa que traduz de uma língua para outra. Tecnicamente, tradução refere-se ao processo envolvendo pelo menos uma língua escrita. Assim, tradutor é aquele que traduz um texto escrito de uma língua para a outra.

Tradutor-intérprete - Pessoa que traduz e interpreta o que foi dito e/ ou escrito.

Tradutor-intérprete de língua de sinais - Pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita).

Tradução-interpretação simultânea - É o processo de tradução- interpretação de uma língua para outra que acontece simultaneamente, ou seja, ao mesmo tempo. Isso significa que o tradutor-intérprete precisa ouvir/ver a enunciação em uma língua (língua fonte), processá-la e passar para a outra língua (língua alvo) no tempo da enunciação.

Tradução-interpretação consecutiva - É o processo de tradução- interpretação de uma língua para outra que acontece de forma consecutiva, ou seja, o tradutor-intérprete ouve/vê o enunciado em uma língua (língua fonte), processa a informação e, posteriormente, faz a passagem para a outra língua (língua alvo).

História do profissional tradutor e intérprete de língua de sinais

Em vários países há tradutores e intérpretes de língua de sinais. A história da constituição deste profissional se deu a partir de atividades voluntárias que foram sendo valorizadas enquanto atividade laboral na medida em que os surdos foram conquistando o seu exercício de cidadania. A participação de surdos nas discussões sociais representou e representa a chave para a profissionalização dos tradutores e intérpretes de língua de sinais. Outro elemento fundamental neste processo é o reconhecimento da língua de sinais em cada país. À medida em que a língua de sinais do país passou a ser reconhecida enquanto língua de fato, os surdos passaram a ter garantias de acesso a ela enquanto direito lingüístico. Assim, conseqüentemente, as instituições se viram obrigadas a garantir acessibilidade através do profissional intérprete de língua de sinais. A seguir serão apresentados os fatos históricos relevantes sobre a constituição do profissional intérprete de língua de sinais na Suécia, nos Estados Unidos e no Brasil.

Suécia

- a) Presença de intérpretes de língua de sinais sueca em trabalhos religiosos por volta do final do século XIX (Suécia, 1875).
- b) Em 1938, o parlamento sueco criou cinco cargos de conselheiros para surdos que imediatamente não conseguia atender a demanda da comunidade surda.

- c) Em 1947, mais 20 pessoas assumiram a função de intérprete.
- d) Em 1968, por uma decisão do Parlamento, todos os surdos teriam acesso ao profissional intérprete livre de encargos diante de reivindicações da Associação Nacional de Surdos. Neste ano, também foi criado o primeiro curso de treinamento de intérprete na Suécia organizado pela Associação Nacional de Surdos, junto à Comissão Nacional de Educação e à Comissão Nacional para Mercado de Trabalho.
- e) Em 1981, foi instituído que cada conselho municipal deveria ter uma unidade com intérpretes.

Estados Unidos

- a) Em 1815, Thomas Gallaudet era intérprete de Laurent Clerc (surdo francês que estava nos EUA para promover a educação de surdos).
- b) Ao longo dos anos, pessoas intermediavam a comunicação para surdos (normalmente vizinhos, amigos, filhos, religiosos) como voluntários utilizando uma comunicação muito restrita.
- c) Em 1964, foi fundada uma organização nacional de intérpretes para surdos (atual RID), estabelecendo alguns requisitos para a atuação do intérprete.
- d) Em 1972, o RID começou a selecionar intérpretes oferecendo um registro após avaliação. O RID apresenta, até os dias de hoje, as seguintes funções: selecionar os intérpretes, certificar os intérpretes qualificados; manter um registro; promover o código de ética; e oferecer informações sobre formação e aperfeiçoamento de intérpretes.

Brasil

- a) Presença de intérpretes de língua de sinais em trabalhos religiosos iniciados por volta dos anos 80.
- b) Em 1988, realizou-se o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais organizado pela FENEIS que propiciou, pela primeira vez, o intercâmbio entre alguns intérpretes do Brasil e a avaliação sobre a ética do profissional intérprete.
- c) Em 1992, realizou-se o II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, também organizado pela FENEIS que promoveu o intercâmbio

entre as diferentes experiências dos intérpretes no país, discussões e votação do regimento interno do Departamento Nacional de Intérpretes fundado mediante a aprovação do mesmo.

- d) De 1993 a 1994, realizaram-se alguns encontros estaduais.
- e) A partir dos anos 90, foram estabelecidas unidades de intérpretes ligadas aos escritórios regionais da FENEIS. Em 2002, a FENEIS sedia escritórios em São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Teófilo Otoni, Brasília e Recife, além da matriz no Rio de Janeiro.
- f) Em 2000, foi disponibilizada a página dos intérpretes de língua de sinais www.interpretels.hpg.com.br. Também foi aberto um espaço para participação dos intérpretes através de uma lista de discussão via e-mail. Esta lista é aberta para todos os intérpretes interessados e pode ser acessada através da página dos intérpretes.
- g) No dia 24 de abril de 2002, foi homologada a lei federal que reconhece a língua brasileira de sinais como língua oficial das comunidades surdas brasileiras. Tal lei representa um passo fundamental no processo de reconhecimento e formação do profissional intérprete da língua de sinais no Brasil, bem como, a abertura de várias oportunidades no mercado de trabalho que são respaldadas pela questão legal. A seguir consta a transcrição desta lei:

LEI N° 10A36, DE 24 DE ABRIL DE 2002

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

OPRESIDENTEDAREPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

Esta lei representa uma conquista inigualável em todo o processo dos movimentos sociais surdos e tem conseqüências extremamente favoráveis para o reconhecimento do profissional intérprete de língua de sinais no Brasil. Além desta lei, vale destacar as seguintes leis que respaldam a atuação do intérprete de língua de sinais direta ou indiretamente:

- Lei 10.098/00 (Lei da acessibilidade)
- Lei 10.172/01 (Lei do Plano Nacional de Educação)
- Resolução MEC/CNE: 02/2001 (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica)
- Portaria 3284/2003 que substituiu a Portaria 1679/99 (acessibilidade à Educação Superior)

O resultado de uma pesquisa realizada sobre intérpretes na Europa conclui que à medida que os surdos ampliam suas atividades e participam nas atividades políticas e culturais da sociedade, o intérprete de língua de sinais é mais qualificado e reconhecido profissionalmente.

2

Língua brasileira de sinais

A língua brasileira de sinais é uma língua visual-espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo. É uma língua natural usada pela comunidade surda brasileira. Estudos sobre essa língua foram iniciados no Brasil pela Gladis Knak Rehfeldt (*A língua de sinais do Brasil*, 1981). Há também artigos e pesquisas realizadas pela Lucinda Ferreira-Brito que foram publicadas em forma de um livro em 1995 (*Por uma gramática das línguas de sinais*). Depois desses trabalhos, as pesquisas começaram a explorar diferentes aspectos da estrutura da língua brasileira de sinais. Vale mencionar alguns exemplos, tais como Fernandez (1990), um trabalho de psicolinguística; Karnopp (1994) que estudou aspectos de aquisição de fonologia por crianças surdas de pais surdos; Felipe (1993) que propõe um tipologia de verbos em língua brasileira de sinais; os meus trabalhos: Quadros (1995) que apresenta uma análise da distribuição dos pronomes na língua brasileira de sinais e as repercussões desse aspecto na aquisição da linguagem de crianças surdas de pais surdos (publicado parcialmente em forma de livro em 1997 - *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*) e Quadros (1999) que apresenta a estrutura da língua brasileira de sinais. Tais pesquisas associadas às atividades dirigidas pela Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo (FENEIS) foram responsáveis pelo reconhecimento da língua brasileira de sinais como uma língua de fato no Brasil.

Como uma língua percebida pelos olhos, a língua brasileira de sinais apresenta algumas peculiaridades que são normalmente pouco conhecidas pelos profissionais. Perguntas sobre os níveis de análises, tais como, a fonologia, a semântica, a morfologia e a sintaxe são muito comuns, uma vez que as línguas de sinais são expressas sem som e no espaço. Porém, as pesquisas de várias línguas de sinais, como a língua de sinais americana e a língua brasileira de sinais, mostraram que tais línguas são muito complexas e apresentam todos os níveis de análises da lingüística tradicional. A diferença básica está no canal em que tais línguas expressam-se para estruturar a língua, um canal essencialmente visual. Stokoe et al. (1976), Bellugi e Klima (1979), Liddell (1980), Lillo-Martin (1986) são exemplos clássicos de pesquisas da língua de sinais americana que trazem evidências da existência de todos os níveis de análise dessa língua. Karnopp (1994), Quadros (1995, 1999), Ferreira-Brito (1995) e Felipe (1993) são exemplos de pesquisas que evidenciam a complexidade da língua brasileira de sinais.

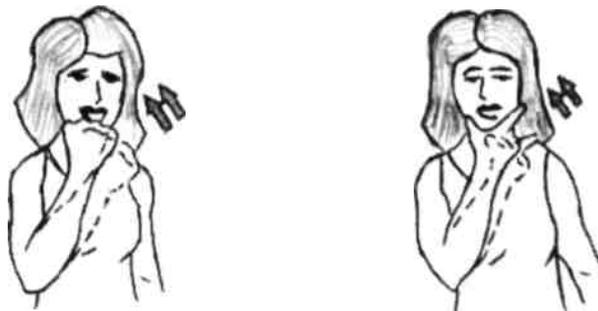
Fonologia é compreendida como a parte da ciência lingüística que analisa as unidades mínimas sem significado de uma língua e a sua organização interna. Quer dizer, em qualquer língua falada, a fonologia é organizada baseada em um número restringido de sons que podem ser combinados em sucessões para formar uma unidade maior, ou seja, a palavra. Nas línguas de sinais, as configurações de mãos juntamente com as localizações em que os sinais são produzidos, os movimentos e as direções são as unidades menores que formam as palavras. A figura 1 ilustra dois exemplos da língua brasileira de sinais. A configuração de mão é a mesma em ambos sinais, chamada de /y/. A localização é diferente: enquanto AZAR é sinalizado no nariz, DESCULPAS é sinalizado no queixo. Também, o movimento é diferente, enquanto AZAR é sinalizado com um único movimento em direção ao nariz, DESCULPAS é sinalizado com um movimento curto e repetido em direção ao queixo.

Figura 1: AZAR - DESCULPAS



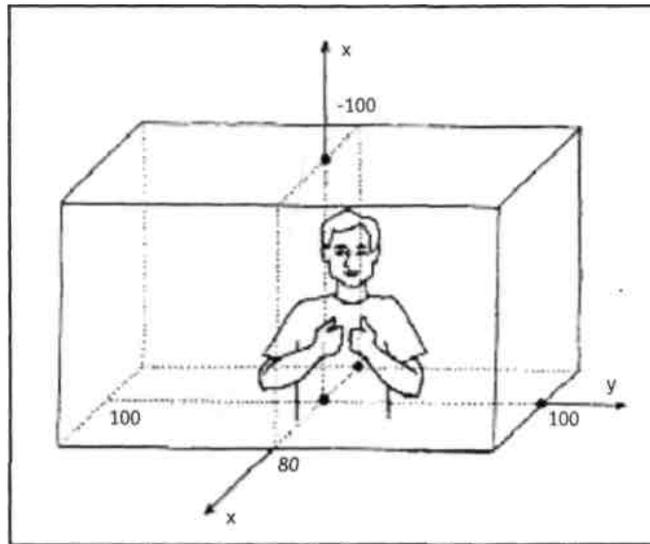
Na língua de sinais, também se podem analisar as unidades mínimas através de pares mínimos, ou seja, pares que apresentam apenas uma unidade que implica em mudança de significado apresentando, portanto, uma determinada função fonológica na língua. PEDRA e QUEIJO formam um par mínimo na língua brasileira de sinais em que a única unidade que difere nestes sinais é a configuração de mão, o movimento e o ponto de articulação são os mesmos (ver figura 2):

Figura 2: PEDRA e QUEIJO



Os sinais são feitos em um espaço delimitado à frente do sinalizador. Ferreira-Brito e Langevin (primeiro apresentado em 1988, e posteriormente publicado em Ferreira-Brito,1995) descreveram esse espaço na língua brasileira de sinais como ilustrado na figura 3.

Figura 3: Espaço de sinalização

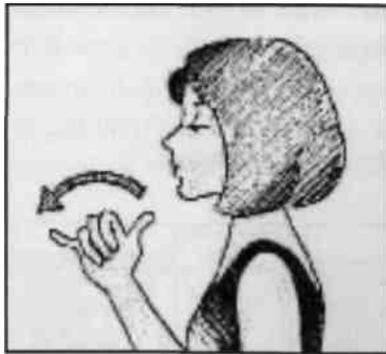


(Quadros, 1997 baseado em Langevin & Ferreira Brito, 1988:01)

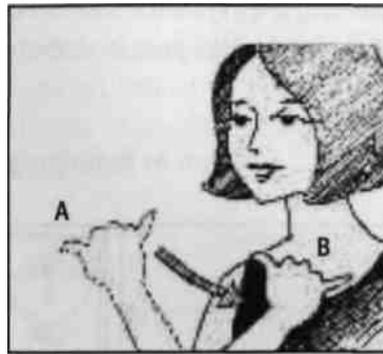
A morfologia e, especialmente, a sintaxe dessa língua parecem também ser organizadas nesse espaço. Portanto, a formação das palavras e das frases na língua brasileira de sinais apresentam restrições espaciais. A morfologia e a sintaxe das línguas de sinais determinam a estrutura interna das palavras e das frases que reflete o sistema computacional da linguagem.

Por exemplo, o verbo DIZER na língua brasileira de sinais tem que concordar com o sujeito e o objeto indireto da frase. Como você pode observar na figura (3), há uma relação entre pontos estabelecidos no espaço e os argumentos que estão incorporados no verbo. Esse é um tipo de flexão próprio das línguas de sinais, como observado na língua de sinais americana e na língua brasileira de sinais, para verbos que são chamados verbos de concordância (cf. Loew, 1980; o Lillo-Martin, 1986; Padden, 1990; Emmorey, 1991; Quadros, 1995, 1997).

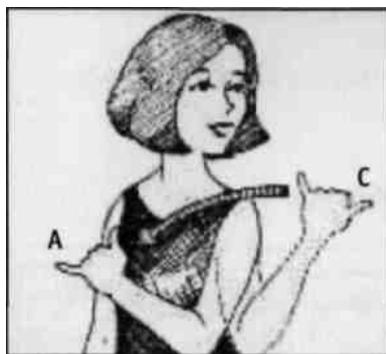
Figura 3: Verbo DIZER na língua brasileira de sinais com diferentes flexões



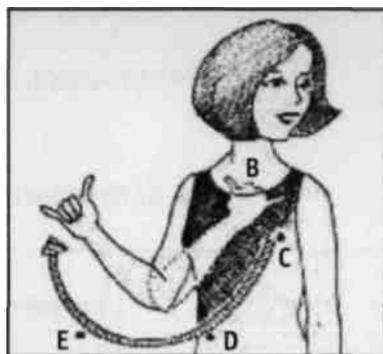
a) DIZER (forma infinitiva)



b) ^aDIZER_b
Ele disse a mim.



c) ^oDIZER_a
Tu disseste a ele.



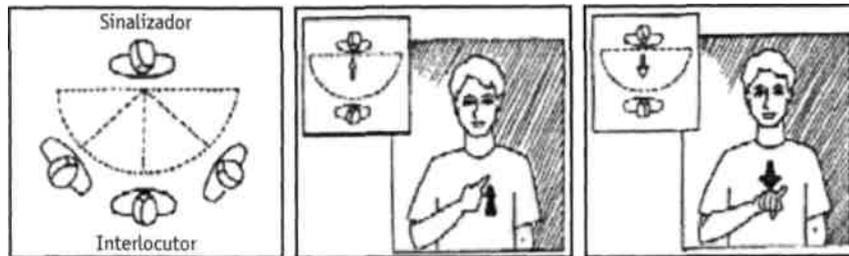
d) ^bDIZER_{cde}
Eu disse a vocês.

(Quadros, 1997:61)

Na língua brasileira de sinais, os sinalizadores estabelecem os referentes associados com uma localização no espaço. Tais referentes podem estar fisicamente presentes ou não. Depois de serem introduzidos no espaço, os pontos específicos podem ser referidos ao longo do discurso. Quando os referentes estão presentes, os pontos no espaço são estabelecidos baseados na posição real ocupada pelo referente. Por

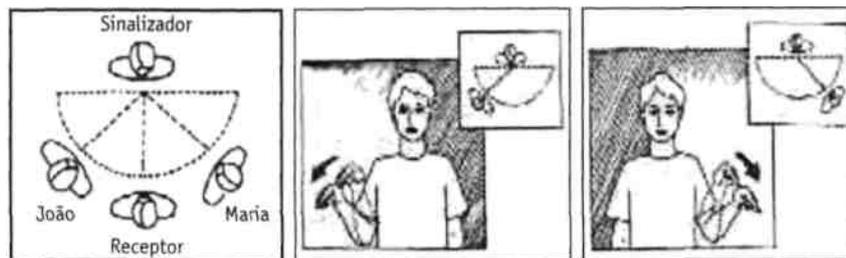
exemplo, o sinalizador aponta para si para indicar a primeira pessoa, para o interlocutor para indicar a segunda pessoa e para os outros para terceira pessoa (cf. a figura 4). Quando os referentes estão ausentes do discurso, são estabelecidos pontos abstratos no espaço (cf. figura 5).

Figura 4: Referência com referentes presentes



(Quadros, 1997:51 adaptado de Lillo-Martin e Klima, 1990:192)

Figura 5: Referência com referentes ausentes



(Quadros, 1997:52 adaptado de Lillo-Martin e Klima, 1990:193)

Os sinais manuais são freqüentemente acompanhados por expressões faciais que podem ser consideradas gramaticais (para mais detalhes ver Bahan, 1995 e Quadros, 1999). Tais expressões são chamadas de marcações não-manuais.

Apesar da sucinta apresentação de alguns estudos das línguas de sinais, os mecanismos espaciais e faciais aqui ilustrados refletem a existência de uma estrutura complexa. Os estudos das línguas de sinais indicam que tais línguas são altamente restringidas por princípios gerais que restringem as línguas humanas. Portanto, as línguas de sinais como a língua brasileira de sinais são apenas mais uma instância das línguas que expressam a capacidade humana para a linguagem.

O intérprete de língua de sinais

O que envolve o ato de Interpretar?

Envolve um ato COGNITIVO-LINGÜÍSTICO, ou seja, é um processo em que o intérprete estará diante de pessoas que apresentam intenções comunicativas específicas e que utilizam línguas diferentes. O intérprete está completamente envolvido na interação comunicativa (social e cultural) com poder completo para influenciar o objeto e o produto da interpretação. Ele processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte. Assim sendo, o intérprete também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente. Portanto, o ato de interpretar envolve processos altamente complexos.

Quem é intérprete úe língua de sinais?

É o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete. No Brasil, o intérprete deve dominar a língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Ele também pode dominar outras línguas, como o inglês, o espanhol, a língua de sinais americana e fazer a interpretação para a língua brasileira de sinais ou vice-versa (por exemplo, conferências

internacionais). Além do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, o profissional precisa ter qualificação específica para atuar como tal. Isso significa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação. O profissional intérprete também deve ter formação específica na área de sua atuação (por exemplo, a área da educação).

Qual o papel do intérprete?

Realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa observando os seguintes preceitos éticos:

- a) confiabilidade (sigilo profissional);
- b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias);
- c) discricção (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação);
- d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados);
- e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito).

O que acontece quando há carência de profissionais intérpretes?

Quando há carência de intérpretes de língua de sinais, a interação entre surdos e pessoas que desconhecem a língua de sinais fica prejudicada. As implicações disso são, pelo menos, as seguintes:

- a) os surdos não participam de vários tipos de atividades (sociais, educacionais, culturais e políticas);
- b) os surdos não conseguem avançar em termos educacionais;
- c) os surdos ficam desmotivados a participarem de encontros, reuniões, etc.

- d) os surdos não têm acesso às discussões e informações veiculadas na língua falada sendo, portanto, excluído da interação social, cultural e política sem direito ao exercício de sua cidadania;
- e) os surdos não se fazem "ouvir";
- f) os ouvintes que não dominam a língua de sinais não conseguem se comunicar com os surdos.

O que é possível fazer?

- a) investigação sobre todos os serviços de intérpretes existentes oficiais e extra-oficiais;
- b) criação de leis sobre o direito ao serviço de intérprete reivindicando que a sociedade assuma a responsabilidade desses serviços;
- c) reconhecimento da profissão de intérprete;
- d) realização de pesquisas sobre interpretação e as condições de trabalho dos intérpretes;
- e) formação sistemática para os intérpretes;
- f) aumento de cursos de línguas de sinais;
- g) criação de programas para a formação de novos intérpretes;
- h) cursos que orientem aos surdos como e quando usarem os serviços do intérprete.

Alguns mitos sobre o profissional intérprete

Professores de surdos são intérpretes de língua de sinais

Não é verdade que professores de surdos sejam necessariamente intérpretes de língua de sinais. Na verdade, os professores são professores e os intérpretes são intérpretes. Cada profissional desempenha sua função e papel que se diferenciam imensamente. O professor de surdos deve saber e utilizar muito bem a língua de sinais, mas isso não implica ser intérprete de língua de sinais. O professor tem o papel fundamental associado ao ensino e, portanto, completamente inserido no processo interativo social, cultural e lingüístico. O intérprete, por outro lado, é o mediador entre

pessoas que não dominam a mesma língua abstendo-se, na medida do possível, de interferir no processo comunicativo.

As pessoas ouvintes que dominam a língua de sinais são intérpretes

Não é verdade que dominar a língua de sinais seja suficiente para a pessoa exercer a profissão de intérprete de língua de sinais. O intérprete de língua de sinais é um profissional que deve ter qualificação específica para atuar como intérprete. Muitas pessoas que dominam a língua de sinais não querem e nem almejam atuar como intérpretes de língua de sinais. Também, há muitas pessoas que são fluentes na língua de sinais, mas não têm habilidade para serem intérpretes.

Os filhos de pais surdos são intérpretes de língua de sinais

Não é verdade que o fato de ser filho de pais surdos seja suficiente para garantir que o mesmo seja considerado intérprete de língua de sinais. Normalmente os filhos de pais surdos intermediam as relações entre os seus pais e as outras pessoas, mas desconhecem técnicas, estratégias e processos de tradução e interpretação, pois não possuem qualificação específica para isso. Os filhos fazem isso por serem filhos e não por serem intérpretes de língua de sinais. Alguns filhos de pais surdos se dedicam a profissão de intérprete e possuem a vantagem de ser nativos em ambas as línguas. Isso, no entanto, não garante que sejam bons profissionais intérpretes. O que garante a alguém ser um bom profissional intérprete é, além do domínio das duas línguas envolvidas nas interações, o profissionalismo, ou seja, busca de qualificação permanente e observância do código de ética. Os filhos de pais surdos que atuam como intérprete têm a possibilidade de discutir sobre a sua atuação enquanto profissional intérprete na associação internacional de filhos de pais surdos (www.coda-international.org).

Código de ética

O código de ética é um instrumento que orienta o profissional intérprete na sua atuação. A sua existência justifica-se a partir do tipo de relação que o intérprete estabelece com as partes envolvidas na interação. O intérprete está para intermediar um processo interativo que envolve determinadas intenções conversacionais e discursivas. Nestas interações, o intérprete tem a responsabilidade pela veracidade e fidelidade das informações. Assim, ética deve estar na essência desse profissional. A seguir é descrito o código de ética que é parte integrante do Regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes (FENEIS).

D - Registro dos Intérpretes para Surdos - em 28-29 de janeiro de 1965, Washington, EUA) Tradução do original Interpreting for Deaf People, Stephen (ed.) USA por Ricardo Sander. Adaptação dos Representantes dos Estados Brasileiros - Aprovado por ocasião do II Encontro Nacional de Intérpretes - Rio de Janeiro/RJ/Brasil - 1992.

CAPÍTULO 1 Princípios fundamentais

Artigo 1º. São deveres fundamentais do intérprete: 1º. O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confidente e de equilíbrio emocional. Ele guardará

informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele;

2°. O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo;

3°. O intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar dos limites de sua função e não ir além de a responsabilidade;

4°. O intérprete deve reconhecer seu próprio nível de competência e ser prudente em aceitar tarefas, procurando assistência de outros intérpretes e/ou profissionais, quando necessário, especialmente em palestras técnicas;

5°. O intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função.

CAPITULO 2 Relações com o contratante do serviço

6°. O intérprete deve ser remunerado por serviços prestados e se dispor a providenciar serviços de interpretação, em situações onde fundos não são possíveis;

7°. Acordos em níveis profissionais devem ter remuneração de acordo com a tabela de cada estado, aprovada pela FENEIS.

CAPITULO 3 Responsabilidade profissional

8°. O intérprete jamais deve encorajar pessoas surdas a buscarem decisões legais ou outras em seu favor;

9°. O intérprete deve considerar os diversos níveis da Língua Brasileira de Sinais bem como da Língua Portuguesa;

20°. *Em casos legais, o intérprete deve informar à autoridade qual o nível de comunicação da pessoa envolvida, informando quando a interpretação literal não é possível e o intérprete, então terá que parafrasear de modo claro o que está sendo dito à pessoa surda e o que ela está dizendo à autoridade;*

11°. *O intérprete deve procurar manter a dignidade, o respeito e a pureza das línguas envolvidas. Ele também deve estar pronto para aprender e aceitar novos sinais, se isso for necessário para o entendimento;*

12°. *O intérprete deve esforçar-se para reconhecer os vários tipos de assistência ao surdo e fazer o melhor para atender as suas necessidades particulares.*

CAPITULO 4

Relações com os colegas

13°. *Reconhecendo a necessidade para o seu desenvolvimento profissional, o intérprete deve agrupar-se com colegas profissionais com o propósito de dividir novos conhecimentos de vida e desenvolver suas capacidades expressivas e receptivas em interpretação e tradução.*

Parágrafo único. O intérprete deve esclarecer o público no que diz respeito ao surdo sempre que possível, reconhecendo que muitos equívocos (má informação) têm surgido devido à falta de conhecimento do público sobre a área da surdez e a comunicação com o surdo.

Diante deste código de ética, apresentar-se-á a seguir diferentes situações que podem ser exemplos do dia-a-dia do profissional intérprete. Tais situações exigem um posicionamento ético do profissional intérprete. Sugere-se que, a partir destes contextos, cada intérprete reflita, converse com outros intérpretes e tome decisões em relação a seu posicionamento com base nos princípios éticos destacados no código de ética.

Situações gerais:

1. Você está interpretando para um cliente surdo e o entrevistador continua dirigindo as perguntas a você ao invés de fazê-lo ao cliente. Como você resolve esta questão?
2. Durante uma missa, a única pessoa surda cai no sono. O que você deveria fazer?
3. No contexto da interpretação, a pessoa ouvinte diz: "Por favor não traduza isto..." Qual é a atitude mais apropriada nesta situação?
4. Quando perguntado sobre um trabalho de interpretação ocorrido, como você deveria proceder?
5. Se um amigo ou parente de um cliente pergunta a você sobre detalhes de uma situação em que você interpretou, qual seria a postura apropriada diante deste fato?
6. Se um intérprete devidamente cadastrado fala sobre uma confidência, o que a pessoa surda envolvida poderia fazer?
7. Se durante um serviço de interpretação lhe perguntam alguma informação particular sobre o seu cliente, o que você deveria fazer?
8. Se a mãe da pessoa surda lhe pergunta alguma coisa sobre o serviço de interpretação, como você deveria proceder?
9. Você interpretou a "fala" de uma pessoa surda - da língua de sinais para o português - em juízo. Mais tarde você se dá conta de ter confundido alguma informação dada pelo surdo. O que você deveria fazer neste contexto?
10. Um cliente surdo sai da sala para fazer um intervalo. Quando ele retorna pergunta a você o que foi dito durante a sua ausência. Qual seria a resposta apropriada?
11. Quando você estiver no seu intervalo e a pessoa surda lhe pedir para interpretar, o que você deve dizer?
12. Se o palestrante surdo fizer comentários específicos a seu respeito enquanto intérprete que não sejam verdadeiros, qual seria a forma apropriada de agir nesta situação?
13. Você é o único intérprete em uma situação ou evento. Depois de um determinado período, você se sente extremamente cansado. O que você deveria fazer?

14. Você é o único intérprete em uma sala em que várias pessoas estão fumando. Há várias pessoas surdas presentes, mas chega a um ponto que você já não suporta mais o cheiro de fumaça. O que você deveria fazer?
15. Você está no seu intervalo enquanto seu colega está interpretando. As pessoas surdas lhe dizem que querem apenas você como intérprete. Qual seria a forma apropriada de agir nesta situação?
16. Uma empresa lhe contrata para traduzir da língua de sinais para o português para uma pessoa surda. Quando você chega ao local, a pessoa surda lhe comunica que irá falar e que não precisa de intérprete. O que você deveria fazer?
17. Quando interpretando em sala de aula, o professor lhe pede para não interpretar mais, pois considera possível que você esteja discutindo sobre as respostas das questões da prova. Como você deveria proceder?
18. Um pessoa surda lhe diz que não pode pagar por seus serviços e que precisa muito de seu serviço. Qual seria a solução para este problema?
19. Se for necessário interpretar um sinal que não seja conhecido pela audiência, como você o introduziria?
20. Se uma empresa/instituição contrata o seu serviço e depois nega-se a pagá-lo porque a pessoa surda não compareceu, o que você deve fazer?
21. Seria aceitável o intérprete abandonar a interpretação ao saber que não será remunerado pelo seu trabalho?
22. Se o médico começa a discutir em particular com um colega sobre o caso de seu cliente surdo, o que você deveria fazer?
23. Enquanto você interpreta da língua de sinais para o português, ocasionalmente o seu cliente surdo usa a fala, o que você deveria fazer?
24. Se você não sabe o que fazer em determinado contexto de interpretação, seria apropriado pedir conselho a um colega intérprete para resolver a situação?
25. Seria violar o código de ética se um intérprete compartilha experiências de interpretação em um seminário de intérpretes?

26. Você pode ser requisitado pelo juiz a depor em juízo sobre informações obtidas durante interpretações particulares?
27. Você pode discutir sobre interpretações realizadas que foram públicas?
28. Se a pessoa surda lhe pede para informar a sua família sobre o que aconteceu em uma interpretação, isso seria permitido?
29. Pode um intérprete servir de advogado para um cliente surdo?
30. Um intérprete pode interagir com pessoas surdas durante uma festa?
31. Idealmente, deveria ter um intérprete para cada palestrante, mesmo se o evento compreenda menos de uma hora?
32. Em uma interpretação individual se você não entender a pessoa surda, o que você deveria fazer?
33. Se o palestrante está falando muito rápido, o que o intérprete deveria fazer?
34. O intérprete pode inventar novos sinais durante uma interpretação?
35. O que o intérprete deve fazer diante de uma expressão idiomática ou uma metáfora?
36. Quando interpretando para uma grande audiência surda, qual o nível de língua de sinais o intérprete deveria usar?
37. O que você deveria discutir com a pessoa surda antes de uma interpretação?
38. Em uma situação clínica, o cliente surdo usa sinais sexuais que poderiam ser traduzidos de diferentes maneiras. Quais opções você elege? Por quê?
39. Se o médico lhe pede para sair da sala para examinar o paciente surdo para quem você interpreta, o que você faz?
40. Em uma interpretação individual, se o telefone da pessoa ouvinte toca, você traduz a conversação?
41. Depois de uma consulta ao oftalmologista, o paciente surdo pergunta a você se recomenda um local para que ele compre seus óculos. O que você faria?
42. Se um ouvinte usa o termo "surdo-mudo", como você deveria interpretá-lo?

43. Você interpretou um programa na televisão. Depois de uma semana, uma pessoa surda pede a você para recapitular o programa. O que você faria?
44. Depois de uma consulta, o médico conclui que o paciente tem AIDS. O médico solicita o nome de seu parceiro e o paciente surdo recusa-se a dar. Você sabe o seu nome e sente-se na obrigação de informar. O que você faria?
45. Você está interpretando para um surdo em um consultório médico. O médico pergunta se o paciente está tomando a medicação recomendada. O paciente responde que sim. Depois, o paciente lhe informa que não está tomando a medicação porque sente muito sono quando a toma. Você fica preocupado porque o uso da medicação de forma apropriada pode ser um caso de vida e morte. O que você faria?
46. Você é contratada pelo SINE para interpretar uma entrevista para um emprego. Depois que o empregador explica o que compreende a função a pessoa surda responde "Eu não quero esta porcaria de emprego!" O que você faria? Você retorna ao SINE e a pessoa surda mente sobre o que foi dito. Qual o seria o seu procedimento?
47. Você é questionado por requerer duas horas de interpretação em um serviço que leva apenas 15 minutos. Qual é a sua explicação?
48. Uma pessoa ouvinte fica fascinada com sua interpretação e durante o intervalo lhe pergunta quanto que você está recebendo pela sua função. O que você responde?
49. A polícia telefona para você solicitando o seu serviço de interpretação para um surdo que cometeu um crime. Você lhes informa a respeito do valor do seu trabalho e a polícia comunica que não pode autorizar o seu pagamento, mas que você deve comparecer de qualquer forma. O que você faz?
50. Quando interpretando em uma reunião com mais de um surdo, como a sala deveria ser organizada? Onde você deveria sentar? Suponhamos que o coordenador da reunião seja surdo. Onde você deveria se posicionar?

51. Quando você não tem certeza quanto ao tipo de situação em que você irá atuar, como você deverá se vestir?
52. Quando interpretando para um grupo de pessoas surdas ou para apenas uma pessoa surda, para onde o intérprete deve olhar?
53. Se o intérprete não estiver vestido de forma apropriada para um serviço, mesmo assim ele deveria interpretar?
54. Como a pele da pessoa interfere nas roupas que o intérprete vestirá?
55. Quando interpretando em um encontro, as luzes são apagadas e um filme é passado. Você não foi informado que isto aconteceria. Como você procede nesta situação?
56. A associação de surdos lhe convidou para interpretar uma peça de teatro. O que você deverá verificar quanto às condições do local para realizar este trabalho?

Situações específicas da área da educação:

57. Um aluno surdo universitário pede a você para fazer anotações quando ele não estiver presente na aula, uma vez que você será remunerado de qualquer forma. Qual seria a forma apropriada de proceder?
58. Um professor tem o hábito de caminhar pela classe. O que você deve fazer?
59. Se a sala tem janelas, onde o intérprete deve se sentar?
60. Você é um dos dois intérpretes contratados para uma conferência em educação. O outro intérprete aparece vestindo uma roupa não apropriada para a ocasião. O que você faria?
61. Como você procederia se os alunos se negassem a remeter perguntas ao professor?
62. Como você procederia se os alunos o elegesse como referência no processo de ensino-aprendizagem?
63. O que você deveria fazer se você fosse intérprete de uma criança surda em uma escola regular de ensino e ela lhe dirigisse perguntas a respeito dos sinais utilizados durante a sua interpretação?

64. Qual a tua atitude diante do fato de ser intérprete de uma criança surda em uma escola regular de ensino perante o professor?
65. Quais as funções que você assumiria diante do contexto de sala de aula em que a criança surda elege o intérprete como referência do seu processo de ensino-aprendizagem?
66. O que você faria se o professor insistisse em fazer referências visuais concomitantes com a fala impossibilitando o acompanhamento do aluno surdo em uma escola regular?
67. Como você deveria proceder diante da complexidade dos conteúdos desenvolvidos nas escolas regulares de ensino em diferentes níveis de escolarização?
68. O que você deveria fazer ao perceber que o professor está delegando a você a responsabilidade de passar o conteúdo desenvolvido em sala de aula?
69. Quais as implicações da presença de um intérprete de língua de sinais no ensino fundamental em que as crianças normalmente tomam como referência e modelo o professor?
70. Como você pode colaborar com o design e estruturação do espaço em sala de aula para um melhor aproveitamento do aluno surdo das aulas ministradas pelo professor?
71. O que você faz se o surdo está envergonhado e não quer se sentar na posição que seria mais adequado para a sua participação no processo de ensino-aprendizagem?
72. O que você faz se o surdo lhe pergunta algo durante a interpretação e você avisa que irá remeter a pergunta ao professor e o surdo lhe diz " - Não, não precisa perguntar", percebendo que o aluno está envergonhado de fazer a pergunta ao professor diante dos demais colegas?
73. O que fazer quando o professor titular não dominar o conteúdo ou não tiver compromisso com o processo de ensino aprendizagem?
74. O "professor-intérprete" pode interferir com comentários a respeito do assunto durante as aulas?
75. O "professor-intérprete" deve participar de todas as reuniões da escola?

Poder-se-ia continuar estas questões indefinidamente, uma vez que o intérprete sempre está diante de situações completamente inusitadas a todo instante. As situações levantadas são apenas possibilidades e podem jamais vir a acontecer na sua atuação enquanto intérprete de língua de sinais. No entanto, quanto mais você pensa e reflete sobre todas as situações possíveis, mais você estará preparado para tomar uma decisão e uma postura ética diante de um contexto novo. Assim, convidamos vocês a refletirem sobre cada uma dessas questões e a elaborarem propostas para que sejam encaminhados através do MEC a outros colegas de outras escolas e estados.

A exemplo disso, segue-se a reflexão sobre a seguinte questão:

Como se portar diante do contexto de interpretação da língua portuguesa escrita no momento de provas e concursos?

Sugere-se que se faça a tradução do português escrito para a língua de sinais de todas as questões da prova. O intérprete também deverá fazer a interpretação das instruções dadas na língua portuguesa falada e/ou escritas quando estes forem os casos. Durante a prova, o candidato pode dirigir questões relativas exclusivamente à língua portuguesa: significado, estrutura e vocabulário. Se por acaso, o candidato sugerir alguma escolha pessoal e solicitar a confirmação seja ela através do olhar, o intérprete deve lhe informar que apenas fará a tradução do português para a língua de sinais deixando claro as suas atribuições durante o processo. Em relação ao processo de seleção, o intérprete deve informar aos monitores e responsáveis qual a sua função e como se procederá a interpretação durante a execução das provas e do concurso de modo a garantir a acessibilidade.

Regulamento para atuação como tradutor e intérprete de língua de sinais

Em alguns estados brasileiros, surgiu a necessidade de regulamentar a atuação do profissional intérprete de língua de sinais. O estado do Rio Grande do Sul iniciou a capacitação de seus profissionais intérpretes em 1997 através de cursos certificados pela FENEIS/RS e pela UFRGS. Neste estado, desde 1988 são realizados encontros sistemáticos para discussão sobre a qualidade da interpretação e sobre os princípios éticos. Portanto, o estado do Rio Grande do Sul apresenta um histórico bastante interessante no sentido de organização deste profissional.

Ao longo da atuação dos intérpretes neste estado, surgiu a necessidade de uma regulamentação para atuação dos intérpretes, uma vez que foram observadas restrições comuns que deveriam ser consideradas. A seguir, apresentar-se-á o regulamento para a atuação como tradutor e intérprete de língua de sinais elaborado pelos intérpretes de língua de sinais do estado do Rio Grande do Sul. Vale ressaltar que o objetivo da apresentação do mesmo restringe-se a exposição da experiência deste trabalho com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do profissional intérprete em outros estados brasileiros que não disponham de nenhum tipo de regulamentação.

REGULAMENTO DOS INTERPRETES DA FENEIS-RS

Introdução

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), oficializada no Estado do Rio Grande do Sul em 02 de janeiro de 2000, necessita ser urgentemente regulamentada, devendo ser também reconhecida a profissão de intérprete. Por isto, o presente documento tem por objetivo subsidiar a discussão sobre a oficialização da profissão de intérprete e regulamentar as atividades deste profissional.

Conceituação

1) Este regulamento diz respeito aos intérpretes da LIBRAS da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, FENEIS-RS e está fundamentado no Código de Ética da mesma.

2) Intérprete é o profissional capaz de possibilitar comunicação entre Surdos e Ouvintes através da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para o português e vice-versa; ou entre outras línguas de sinais e línguas orais.

3) Haverá três tipos de intérpretes: o profissional, o com atestado e o temporário.

a) O intérprete profissional deverá ter realizado o curso de intérprete pela FENEIS-RS e ter recebido o certificado emitido pela mesma, que o reconhece como profissional intérprete.

b) O intérprete com atestado ainda não tem o certificado, mas é fluente em LIBRAS e reconhecido pela FENEIS-RS como profissional intérprete. Este atestado terá validade até o próximo curso de intérprete promovido pela FENEIS-RS e/ou até 1 (um) ano, podendo ser renovado.

c) Os intérpretes temporários são aqueles que atuarão em determinadas situações, com o respaldo de um certificado emitido pela FENEIS-RS para esta determinada situação. Após, seu certificado não será mais válido.

4) Todo o intérprete deverá ser fluente em LIBRAS e Português (expressão e recepção). Isto é, deverá ser capaz de traduzir ou interpretar e de fazer versão de e para LIBRAS, de e para Português. Sugere-se que o intérprete aprenda outras línguas (sinais e/ou orais).

Da Ética do Profissional Intérprete

5) Todo o intérprete deverá sempre usar o bom senso, de um alto caráter moral e de ética em sua atuação profissional.

6) Uma postura Ética e profissionalmente aceita sempre quando atuando, essa deve ser a atitude do intérprete. Isto quer dizer:

a) Ser imparcial: o quanto mais imparcial melhor. Não poderá emitir opiniões ou comentários no que ele próprio está interpretando, a não ser que perguntem sua opinião. O intérprete deverá ter tão somente o cuidado de passar a informação para LIBRAS e/ou Português. Não é ele que está falando. Ele é apenas a ponte de ligação entre os dois lados.

b) Ser discreto em sua forma de atuar. Não mastigar chicletes nem usar roupas e adereços que distraem os que dependem dele não chamando a atenção para si mesmo dificultando a interpretação.

c) Ter postura quanto ao local da atuação. Não sentar em cima de uma mesa, ou escorar-se em parede para traduzir ou ficar em uma posição desvantajosa para o surdo ou para o ouvinte. Se não souber, pergunte ao surdo. Ele é nosso cliente e sua opinião deverá sempre ser consultada.

Ser fiel tanto em LIBRAS quanto no Português, quanto ao uso. Isto é, conhecer bem a ambas e usar a estrutura gramatical própria de cada uma. Não criar ou inventar sinais. Usar os sinais da comunidade surda local e perguntar se o nível de interpretação está bom e claro para todos.

e) Espaço: o intérprete deve providenciar as adaptações necessárias no espaço para que a percepção visual seja adequada.

Da Comissão de Ética

7) O departamento dos intérpretes da FENEIS-RS cria uma comissão de ética, a partir desta data, para uma constante avaliação e organização ética do seu grupo de intérpretes.

8) Da composição: farão parte da comissão três intérpretes e um surdo a serem sugeridos pelo grupo de intérpretes e aprovados pela diretoria da FENEIS-RS.

9) Das atribuições: serão atribuições da comissão:

a) Todos os aspectos que venham a envolver questões de ética e postura do profissional intérprete, bem como dos clientes surdos e ouvintes. A mesma também será responsável em aconselhar intérpretes a melhorarem sua postura ética e profissional ou em coibir sua atuação, invalidando seu certificado.

b) Avaliar regularmente a atuação do intérprete, através dos próprios surdos e ouvintes beneficiados com o seu serviço de interpretação.

c) Promover no mínimo dois encontros por ano, entre intérpretes e instrutores para intercâmbio e reciclagem.

d) Assessorar os intérpretes em aspectos legais e jurídicos quando necessário.

10) Casos omissos ou exceções serão homologadas e decididas em reuniões da FENEIS-RS e cumpridas a partir das mesmas.

Da Postura Ética na Hora do Contrato

11) O contrato tem dois lados: o contratante (pessoa ou entidade que solicita o serviço de intérprete), e o contratado (a pessoa do intérprete). O contrato poderá estar registrado (escrito) e ser assinado por ambas as partes, ou simplesmente ser oral (contrato oral).

12) Para qualquer tipo de contrato, o pagamento será de uma hora interpretada, no mínimo, seguindo a tabela da FENEIS-RS. Se o trabalho durar 10 minutos, o intérprete receberá UMA hora cheia.

13) Todo o intérprete, quando contratado, receberá pagamento por seu trabalho, mas também deverá se dispor quando lhe é solicitado trabalho voluntário. Este último diz respeito às exceções e não à regra.

14) Quando a FENEIS-RS intermediar a contratação de um profissional intérprete, do total do pagamento será descontado 10%, obedecendo o critério do número 11. Destes 10%, 5% será destinado para o caixa dos intérpretes e 5% para o caixa da FENEIS-RS.

15) Todo o intérprete deverá saber o seu limite de interpretar. Se o assunto a ser interpretado não é do conhecimento, nem da área do intérprete, ou mesmo se o nível a ser interpretado, não corresponde ao nível do próprio intérprete, ele deverá ter a humildade e a ética de comunicar ao surdo/ouvinte ou de recusar o trabalho.

Este regulamento tem servido para garantir o processo de tradução e interpretação observando-se qualidade e ética na prestação do serviço.

Os intérpretes de língua de sinais têm o dever de estabelecer um contrato com as partes interessadas. No estado do RS, este contrato normalmente é realizado pela própria FENEIS. Em algumas circunstâncias, o próprio intérprete deve acordar com o cliente os termos da prestação do serviço. Informações quanto ao tempo de tradução e interpretação, o tipo

de público, o conteúdo, a área envolvida, datas, horários e pagamento devem ser devidamente acordadas antes da execução do serviço. A seguir apresentar-se-á um modelo possível para o contrato do serviço:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERPRETE

De: Hilário Jardim dos Santos
Rua Pedeff, 432
Porto Alegre/RS
Fone: (xx) xxxxxxxx
E-mail: hilario@hilario.com.br
CPF: xxx xxx xxx xx

Para: _____

Endereço:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO

Data	Horário	Atividade	Valor p/ hora
------	---------	-----------	---------------

*2 horas mínimo

TOTAL

Hilário Jardim dos Santos

6

Resoluções do encontro de Montevideú

No ano de 2001, foi realizado um encontro internacional sobre a formação de intérpretes de língua de sinais na América Latina. Este evento foi realizado em Montevideú, Uruguai, no período de 13 a 17 de Novembro de 2001 com o apoio da Federação Mundial de Surdos. A seguir são apresentadas as principais conclusões e recomendações feitas por ocasião deste encontro:

Respeitando as características e situação de cada um dos países participantes, conclui-se em primeiro lugar que é necessário, principalmente:

- a) Que a comunidade de pessoas surdas seja consciente da importância de sua própria língua e dos Intérpretes profissionais.*
- b) Que as associações e federações de pessoas surdas sejam fortalecidas em todos os aspectos, por si mesmas, e com o apoio de organismos públicos e internacionais.*
- c) Que em todos os países se reconheça a Língua de Sinais a nível*

- d) Que exista reconhecimento da profissão e titulação de Intérprete de Língua de Sinais.*
- e) Que exista reconhecimento da profissão e titulação de formador de Intérpretes de Língua de Sinais.*

*E logo, no terreno da **capacitação e formação**:*

Que se dê importância equivalente à Língua de Sinais e à Língua Oficial do país.

Que os programas de formação incluam um estudo sistemático de ambas as línguas.

Que se estimule e favoreça a garantia à primeira língua.

Que se destine maior tempo à investigação lingüística com respeito à Língua de Sinais.

Que a comunidade de pessoas surdas assuma um papel protagônico nos processos de investigação, junto com os especialistas.

Que exista um trabalho conjunto ente intérpretes e pessoas surdas na formação de futuros intérpretes e de futuros formadores de intérpretes.

A elaboração, execução e avaliação dos programas de formação devem ser conceitualmente interculturais e interdisciplinares.

Que os centros de formação de intérpretes façam o intercâmbio de suas metodologias e experiências, dinamicamente.

Preferivelmente as federações ou Associações deveriam, em função de sua capacidade e interesse, liderar os cursos.

Que exista uma base de lineamentos gerais para planejar um curso de Língua de Sinais como, por exemplo: a) objetivos; b) conteúdos; c) tempo; d) metodologia; e) atividades; f) materiais e recursos; g) avaliação; h) continuação e prática.

Que os quatro países que atualmente dispõem de cursos de Língua de Sinais e de formação de intérpretes (Argentina, Brasil, Colômbia e Uruguai) prestem seu apoio aos países que ainda não contam com estes cursos (Bolívia, Paraguai, Chile, Equador, Peru e Venezuela) para o qual cada um dos primeiros quatro

designará a duas pessoas: uma ouvinte e outra surda especialistas em formação, que sirvam como formadores, assessores e consultores dos futuros agentes multiplicadores de cada um dos seis países. Os critérios para selecionar os agentes multiplicadores deverão ser desenvolvidos. A Federação Mundial de Surdos designará um especialista que será o coordenador de todo este processo.

- *Os agentes multiplicadores, com a ajuda do especialista coordenador, contribuirão para o estabelecimento de um programa de capacitação em Língua de Sinais e outro de Formação de Intérpretes em cada país. Estes programas poderão aplicar-se de forma seqüencial (primeiro um depois o outro) ou paralelamente (ambos programas de uma vez, considerando que, por exemplo, os intérpretes empíricos sejam os primeiros alunos dos cursos de Formação de Intérpretes). O acompanhamento deste processo se dará entre os quatro países e o especialista coordenador.*
- *Os usuários devem conhecer o código ético pelo qual se rege a interpretação.*
- *Que a Federação Mundial de Surdos continue respaldando estes processos.*

7

A formação de intérpretes no mundo e no Brasil

Há vários níveis de formação de intérpretes para surdos no mundo. Desde o nível secundário ao nível de mestrado, podemos encontrar pessoas especializando-se para se tornarem profissionais mais qualificados. Essa variação em níveis de qualificação reflete um desenvolvimento sócio-cultural da comunidade surda. A preocupação em formar intérpretes surge a partir da participação ativa da comunidade surda na comunidade em que está inserida.

É interessante observar que, enquanto a comunidade surda não constitui um grupo com identidade sócio-cultural-política, o intérprete não se constitui enquanto profissional.

Para pensarmos em formação de intérpretes, precisamos, portanto, estarmos atentos ao nível de participação da comunidade surda na sociedade. Dependendo desse nível de participação, a comunidade surda estará mais ou menos envolvida na formação dos intérpretes implicando no sucesso ou não dessa implementação. Em países, tais como Dinamarca, Suécia e Finlândia, têm sido detectado alguns aspectos no desenvolvimento de intérpretes que precisam ser considerados. Hansen (1991) apresenta os seguintes aspectos:

1. a aceitação da língua de sinais na sociedade e na educação dos surdos;

2. o direito das pessoas surdas a oportunidades sociais, educacionais e vocacionais como a maioria da sociedade;
3. a legalização do direito das pessoas surdas de terem disponíveis serviços de interpretação gratuitamente;
4. o reconhecimento do intérprete de língua de sinais como um profissional qualificado com possibilidades de emprego e carreira;
5. a correspondência entre o número de intérpretes requeridos e a demanda;
6. o estabelecimento de cursos de formação de intérpretes com treinamento e educação formal; e
7. as atitudes das pessoas surdas e ouvintes quanto à necessidade dos serviços de intérprete.

Feita essas considerações gerais, propor-se-á uma viagem pelo mundo para conhecermos alguns cursos de formação de intérpretes para surdos.

A formação de intérpretes na Europa

- Frequentemente a formação de intérprete envolve cursos em finais da tarde ou nos fins de semana promovidos pelas associações de surdos. A maioria dos programas são de curta duração (por volta de 6 meses) e não apresentam um currículo amplo.
- A França, Dinamarca e Alemanha têm cursos de 2 anos de duração. Nesses países a formação está formalizada. Frequentemente não requer domínio da língua de sinais como pré-requisito para ingresso no curso.
- A Itália, a Holanda, a Inglaterra e a Dinamarca dispõem de recursos financeiros públicos para a formação de intérpretes, ao contrário da Bélgica, da França, da Grécia, da Irlanda e da Espanha.
- **Habilidades e conhecimentos desenvolvidos nos cursos:**
 - **Bélgica:** conhecimento da língua de sinais e leitura labial; maior ênfase no significado da comunicação; conhecimento a respeito do

- mundo dos surdos; conhecimento sobre história, gramática, psicologia, etc.
- **Inglaterra:** excelente fluência na BSL, primeiro no nível comunicativo e depois no nível da interpretação; os intérpretes devem usar a língua de sinais e não o inglês sinalizado; é dada a mesma ênfase aos estudos das línguas envolvidas no processo de interpretação: o inglês e a BSL; especialização dos intérpretes (educação, medicina, recursos humanos, etc); e exercício da interpretação de uma língua para a outra. Os cursos são em tempo integral.
 - **França:** exige-se um perfeito conhecimento da FSL; domínio da língua falada, dos diferentes níveis e nuances; conhecimento sobre a profissão de intérprete.
 - **Alemanha:** conhecimento do código de ética; prática de tradução e interpretação; psicologia do surdo; treinamento da língua de sinais e técnicas de interpretação. Com as seguintes prioridades: qualificação dos professores dos cursos de formação de intérpretes; elaboração de um currículo; qualificação dos alunos.
- O **registro dos intérpretes** normalmente é feito por organizações de intérpretes informais. Inglaterra, Dinamarca, Holanda e Espanha têm um registro reconhecido que qualifica o intérprete. A Bélgica, a Dinamarca e a Alemanha têm um registro parcial ou está sendo criada uma forma de registro. A Grécia, a Irlanda, a Itália e o Portugal não dispõem de nenhuma forma de registro. Somente a Espanha exige a qualificação do intérprete. Os demais países incluem intérpretes sem qualificação. Esses intérpretes, na maioria dos casos, são pessoas com experiência em interpretação e reconhecidas como competentes para assumir a função.
 - **Pagamento:** o pagamento pelos serviços de intérprete normalmente é feito pelos próprios surdos e por verbas governamentais. Em função dos direitos a cidadania, o governo deve prever intérpretes em órgãos públicos e serviços, tais como, delegacias de polícia, ambulâncias, bombeiros, hospitais, órgãos administrativos, bibliotecas, etc.

Formação de intérpretes na Finlândia

- **Formação básica:** prestar serviços de interpretação para surdos, surdos-cegos e pessoas ensurdecidas na Finlândia.
- **Cursos de curta duração para formação de intérpretes:** eram realizados pela Associação de Surdos, perfazendo o total de 170 horas.
- **Conteúdos desenvolvidos nos curso de curta duração:** informação teórica sobre surdez, reabilitação e serviços sociais para o surdo; sobre os princípios éticos da interpretação e sobre a língua de sinais e como essa é usada na interpretação. Durante o curso, a interpretação é praticada e avaliada em pequenos grupos com a presença de intérpretes e instrutores surdos.
- **Cursos de longa duração:** são realizados por uma escola (*Christian Community College in Turku*) desde 1988. Exige como pré-requisito a realização de outros cursos. A parte teórica é muito mais longa que nos cursos de curta duração.
- **Conteúdos desenvolvidos no curso de longa duração:** inicialmente há várias aulas de língua de sinais. O treinamento inclui teoria e prática. A parte teórica inclui informações sobre surdez, língua de sinais, interpretação, aspectos sócio-políticos e aspectos psicológicos. A parte prática inclui encontros com pessoas surdas e a prática de interpretação. Os estudantes também aprendem como ensinar a língua de sinais e métodos especiais de comunicação com pessoas surdas-cegas e ensurdecidas.
- **Problemas encontrados:** (a) ajustar o nível da língua ao grupo atendido; (b) desconhecimento da língua de sinais pelos próprios surdos; (c) os cursos não estavam sendo suficientes para trabalhar todas as modalidades de interpretação (soletração, leitura labial, sistema tato-manual, espaço-visual, oral-auditivo), portanto tal curso foi extinto; (d) necessidade de conscientizar a pessoa surda que quer ser intérprete que apesar de falar muito bem e ser um usuário nativo da língua de sinais, ela não ouve a fala e o tom de voz da pessoa.

- **Observação:** as condições éticas e o Código do Profissional Intérprete é o mesmo para quaisquer tipo de intérprete, independente da modalidade e do fato do profissional ser surdo ou não.

Formação de intérpretes na Dinamarca

- **Necessidade de intérpretes:** em 1973, 10.000 horas de interpretação foram realizadas; em 1980, 20.000 horas; em 1982, 43.000 horas e em 1985, 55.000 horas. Esses serviços beneficiaram aproximadamente 2.500 pessoas surdas com um custo em torno de \$ 1.500.000,00 por ano.
- **Cursos de formação de intérpretes:** são oferecidos pelo Centro de Comunicação Total em cooperação com o Colégio do Comércio; inclui dois anos de tempo integral; admite 20 alunos por ano. Os alunos entram no curso sem conhecimento da língua de sinais³.

- **Currículo do curso:**

Primeiro ano: 1200 horas de aulas expositivas e 800 horas de língua de sinais.

Língua de Sinais:

- comunicação
- exercícios gramaticais
- exercícios tato-manuais e soletração

Tópicos gerais:

- Lingüística Geral
- Bilinguismo
- Correntes educacionais

³ Na Suécia o curso é de dois anos, mas os alunos devem passar por um teste de proficiência na língua de sinais para sua admissão. São selecionados 50 alunos por ano. Na Noruega, desde 1989, há um curso de formação de intérpretes de um ano na Escola de Educação Especial, admitindo somente alunos com o domínio da língua de sinais.

- Organizações para surdos (nacionais e internacionais)
- História da comunidade surda e sua cultura
- Línguas de sinais estrangeiras e internacional
- Gramática da língua de sinais
- Notação de sinais
- Desenvolvimento histórico da língua de sinais e dos sinais
- Causas e conseqüências da surdez.

Segundo ano:

Ensino sobre a língua de sinais, interpretação, ética, métodos de interpretação, processos envolvidos na interpretação, além de aulas em laboratórios equipados com mesas, vídeo, fones e câmaras individuais para treinamento intensivo.

- **Metodologia:** exercícios em vídeos (análise da produção dos alunos; exemplos de tradução); diálogos; relato de histórias; tradução de partes de artigos de revistas; discussões em grupos e em seminários; jogos de tomada de papéis; exercícios de tradução; exercícios gramaticais; encontros com surdos; avaliações e críticas individuais e gerais.
- **Língua de sinais:** é dada por oito professores surdos envolvidos em projetos de pesquisa e de elaboração de materiais didáticos para o ensino da língua de sinais; é usada como a língua para a instrução no curso desde o primeiro dia.
- **Atividades extras:** várias atividades com surdos fora da relação professor surdo e aluno (clube, esportes, restaurante, etc.) são incentivadas.
- **Avaliação:** Para o primeiro ano, o exame inclui a tradução do texto em dinamarquês para língua de sinais dinamarquesa (vídeo) e a tradução de um texto na língua de sinais (em vídeo) para o dinamarquês; uma seção de comunicação com pessoas surdas usando a língua de sinais e, finalmente, a elaboração de um ensaio com os tópicos relacionados a língua de sinais, a lingüística e a cultura da surdez. Para o segundo ano, o exame consiste de interpretação do dinamarquês para língua de sinais

dinamarquesa e a interpretação da língua de sinais para o dinamarquês; interpretação de um diálogo entre uma pessoa surda e uma pessoa ouvinte; ensaio sobre ética.

Formação de intérpretes nos EUA

- **Proposta do mestrado em interpretação:** o Departamento de Lingüística e Interpretação da Universidade de Gallaudet instituiu um programa de mestrado para intérpretes com ênfase na interpretação da língua de sinais com a proposta de oferecer qualidade na formação do intérprete através de um programa interdisciplinar e multidisciplinar baseado nas habilidades de comunicação.
- **Duração:** O programa de mestrado requer dois anos em tempo integral mais um verão. Requer que sejam completados de 52 a 58 créditos.
- **Conteúdo:** Estudos com base em pesquisas sobre interpretação; ensino de princípios básicos de linguagem e comunicação; habilidades de tradução e técnicas para ensino de tradução e interpretação. O ensino inicia com atividades de tradução consecutiva e passa para tradução simultânea, observando vários graus de exigência até atingir o nível a que o curso se propõe.
- **Programa:** (1) intensivo e avançado treinamento na língua de sinais; (2) fundamentos de interpretação (habilidades e técnicas; conhecimento sobre os tipos de interpretação; treinamentos de interpretação contextualizados; extensiva experiência prática, incluindo observações de profissionais e contatos com agências de serviços de interpretação); (3) sólida fundamentação teórica em lingüística e teoria de comunicação.

Não existem fórmulas de como formar intérpretes; portanto, um processo constante de reflexão e avaliação tornará realidade a formação desse profissional no Brasil. Diante das diferentes experiências apresentadas sobre a formação de intérpretes nestes países, a seguir

apresentar-se-ão algumas das questões que devem ser consideradas ao se propor cursos de formação no Brasil:

1. Qual o nível de aceitação da língua de sinais na comunidade em geral (órgãos governamentais, escolas, igrejas, associações de surdos, instituições que atendem os surdos, famílias, professores, os próprios surdos)?
2. Quais as oportunidades sociais que a comunidade surda encontra em seu meio? Os surdos são incentivados a se organizarem? É dado espaço aos surdos para se manifestarem?
3. Qual a atitude da comunidade em geral diante do intérprete (órgãos governamentais, escolas, igrejas, associações de surdos, instituições que atendem os surdos, famílias, professores, os surdos, os próprios intérpretes)?
4. Os surdos sabem usar todas as possibilidades de atuação de um intérprete? Existe preocupação em oferecer essas informações?
5. Qual o nível de integração existente entre os surdos e os intérpretes?
6. Quem são os intérpretes de língua de sinais?
7. Quais as condições que são oferecidas a esses intérpretes para atuarem?
8. Qual o nível de formação destes intérpretes?
9. Quais são os objetivos em um curso de formação de intérpretes?
10. Quem forma os intérpretes do futuro?
11. Quem oferece a certificação dos intérpretes?
12. Em que nível deve ser a formação dos intérpretes no Brasil?
13. Quem formará estes intérpretes?

O intérprete educacional⁴

O intérprete educacional é aquele que atua como profissional intérprete de língua de sinais na educação. É a área de interpretação mais requisitada atualmente. Na verdade, essa demanda também é observada em outros países:

Nos Estados Unidos, em 1989, estimava-se que 2200 intérpretes de língua de sinais estivessem atuando nos níveis da educação elementar e no ensino secundário. (...) Atualmente, mais de um terço dos graduados nos cursos de formação de intérpretes são empregados em escolas públicas. Mais da metade dos intérpretes estão atuando na área da educação.

(Stewart, D. et alli, 1998)

Considerando a realidade brasileira na qual as escolas públicas e particulares têm surdos matriculados em diferentes níveis de escolarização, seria impossível atender às exigências legais que determinam o acesso e a permanência do aluno na escola observando-se suas especificidades sem a presença de intérpretes de língua de sinais. Assim, faz-se necessário investir na especialização do intérprete de língua de sinais da área da educação.

⁴ Este capítulo é baseado em um dos tópicos abordados por Quadros (no prelo) no livro "O intérprete de língua de sinais no Brasil" de Ronice Muller de Quadros e Leland Macleary (organizadores).

O intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes. No entanto, as competências e responsabilidades destes profissionais não são tão fáceis de serem determinadas. Há vários problemas de ordem ética que acabam surgindo em função do tipo de intermediação que acaba acontecendo em sala de aula. Muitas vezes, o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor. Os alunos dirigem questões diretamente ao intérprete, comentam e travam discussões em relação aos tópicos abordados com o intérprete e não com o professor. O próprio professor delega ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos em aula ao intérprete. Muitas vezes, o professor consulta o intérprete a respeito do desenvolvimento do aluno surdo, como sendo ele a pessoa mais indicada a dar um parecer a respeito. O intérprete, por sua vez, se assumir todos os papéis delegados por parte dos professores e alunos, acaba sendo sobrecarregado e, também, acaba por confundir o seu papel dentro do processo educacional, um papel que está sendo constituído. Vale ressaltar que se o intérprete está atuando na educação infantil ou fundamental, mais difícil torna-se a sua tarefa. As crianças mais novas têm mais dificuldades em entender que aquele que está passando a informação é apenas um intérprete, é apenas aquele que está intermediando a relação entre o professor e ela.

Diante destas dificuldades, algumas experiências têm levado à criação de um código de ética específico para intérpretes de língua de sinais que atuam na educação. Em alguns casos, ao intérprete de língua de sinais é permitido oferecer *feedback* do processo de ensino-aprendizagem ao professor, por exemplo. Se esta possibilidade existe, poder-se-ia prever que o intérprete assumiria a função de tutoria mediante a supervisão do professor, o que em outras circunstâncias de interpretação não seria permitido. No entanto, isso poderia gerar muitos problemas... Os intérpretes-tutores deveriam estar preparados para trabalharem com as diferentes áreas do ensino. Se a eles fossem atribuídas as responsabilidades com o ensino, eles deveriam ser professores, além de serem intérpretes. E se estiverem assumindo a função de professores, por

que estariam sendo contratados como intérpretes? Considerando tais questões, poder-se-ia determinar que o intérprete assumirá somente a função de intérprete que em si já se basta e caso seja requerido um professor que domine língua de sinais que este seja contratado como tal.

Conforme apresentado em <http://www.deafmall.net/deaflinx/edcoe.html> (2002), nos Estados Unidos já houve tal discussão e foi determinado ser anti-ético exigir que o intérprete assuma funções que não sejam específicas da sua atuação enquanto intérpretes, tais como:

- Tutorar os alunos (em qualquer circunstância)
- Apresentar informações a respeito do desenvolvimento dos alunos
- Acompanhar os alunos
- Disciplinar os alunos
- Realizar atividades gerais extra-classe

Em <http://www.deafmall.net/deaflinx/useterp2.html> (2002), apresentam-se alguns elementos sobre o intérprete de língua de sinais em sala de aula que devem ser considerados:

- Em qualquer sala de aula, o professor é a figura que tem autoridade absoluta.
- Considerando as questões éticas, os intérpretes devem manter-se neutros e garantir o direito dos alunos de manter as informações confidenciais.
- Os intérpretes têm o direito de serem auxiliados pelo professor através da revisão e preparação das aulas que garantem a qualidade da sua atuação durante as aulas.
- As aulas devem prever intervalos que garantem ao intérprete descansar, pois isso garantirá uma melhor performance e evitará problemas de saúde para o intérprete.
- Deve-se também considerar que o intérprete é apenas um dos elementos que garantirá a acessibilidade. Os alunos surdos participam das aulas visualmente e precisam de tempo para olhar para o intérprete, olhar para as anotações no quadro, olhar para os

materiais que o professor estiver utilizando em aula. Também, deve ser resolvido como serão feitas as anotações referentes ao conteúdo, uma vez que o aluno surdo manterá sua atenção na aula e não disporá de tempo para realizá-las. Outro aspecto importante é a garantia da participação do aluno surdo no desenvolvimento da aula através de perguntas e respostas que exigem tempo dos colegas e professores para que a interação se dê. A questão da iluminação também deve sempre ser considerada, uma vez que sessões de vídeo e o uso de retroprojetor podem ser recursos utilizados em sala de aula.

Ainda se podem levantar outros problemas que surgem em relação aos intérpretes em sala de aula. Por exemplo, o fato dos intérpretes interagirem com os professores pode levar a um problema ético, pois é natural travar comentários a respeito dos alunos durante os intervalos. O código de ética prevê que o intérprete seja discreto e mantenha sigilo, não faça comentários, não compartilhe informações que foram travadas durante sua atuação. Assim, o código de ética dessa especialidade deveria também prever que ao intérprete fosse permitido apenas fazer comentários específicos relacionados à linguagem da criança, à interpretação em si e ao processo de interpretação quando estes forem pertinentes para o processo de ensino-aprendizagem.

Outro aspecto a ser considerado na atuação do intérprete em sala de aula é o nível educacional. O intérprete de língua de sinais poderá estar atuando na educação infantil, na educação fundamental, no ensino médio, no nível universitário e no nível de pós-graduação. Obviamente que em cada nível deve-se considerar diferentes fatores. Nos níveis mais iniciais, o intérprete estará diante de crianças. Há uma série de implicações geradas a partir disso. Crianças têm dificuldades em compreender a função do intérprete puramente como uma pessoa mediadora da relação entre o professor e o aluno. A criança surda tende a estabelecer o vínculo com quem lhe dirige o olhar. No caso, o intérprete é aquele que estabelece essa relação. Além disso, o intérprete deve ter afinidade para trabalhar com crianças. Por outro lado, o adolescente e o

adulto lidam melhor com a presença do intérprete. Nos níveis posteriores, o intérprete passa a necessitar de conhecimentos cada vez mais específicos e mais aprofundados para poder realizar a interpretação compatíveis com o grau de exigência dos níveis cada vez mais adiantados da escolarização.

De modo geral, aos intérpretes de língua de sinais da área da educação é recomendado redirecionar os questionamentos dos alunos ao professor, pois desta forma o intérprete caracteriza o seu papel na intermediação, mesmo quando este papel é alargado. Neste sentido, o professor também precisa passar pelo processo de aprendizagem de ter no grupo um contexto diferenciado com a presença de alunos surdos e de intérpretes de língua de sinais. A adequação da estrutura física da sala de aula, a disposição das pessoas em sala de aula, a adequação da forma de exposição por parte do professor são exemplos de aspectos a serem reconsiderados em sala de aula.

Cabe apresentar uma outra questão, há vários professores que também são intérpretes de língua de sinais. O próprio MEC está procurando formar professores enquanto intérpretes. Isso acontece, pois alguns professores acabam assumindo a função de intérprete por terem um bom domínio da língua de sinais. Nesse caso, esse profissional tem duas profissões: a de professor e a de intérprete de língua de sinais. A proposta do MEC em formar intérpretes selecionando professores da rede regular de ensino objetiva abrir este campo de atuação dentro das escolas. Assim, o "professor-intérprete" deve ser o profissional cuja carreira é a do magistério e cuja atuação na rede de ensino pode efetivar-se com dupla função:

- 1) Em um turno, exercer a função de docente, regente de uma turma seja em classe comum, em classe especial, em sala de recursos, ou em escola especial (nesse caso, não atua como intérprete).
- 2) Em outro turno, exercer a função de intérprete em contexto de sala de aula, onde há outro professor regente.

A seguir, será relatada uma pesquisa com os intérpretes de Língua de Sinais em sala de aula na Universidade Luterana do Brasil realizada por Quadros (2001). A pesquisa proposta pretendeu analisar o processo e o produto de interpretação da língua portuguesa para a língua brasileira de Sinais nas aulas ministradas com a presença de surdos na universidade. Neste trabalho destacou-se a pesquisa desenvolvida por Johnson (1992) que discute sobre os problemas de comunicação gerados pela atuação do intérprete em sala de aula. "*Miscommunication*" ou "*confusion*" são as formas a que Johnson refere em seu estudo. Johnson analisou 32 horas de interpretação em sala de aula e após descrever as produções dos professores e dos intérpretes, comparou as informações concluindo que ocorrem muitos problemas na tradução simultânea. Esses problemas de comunicação acontecem entre os surdos e os ouvintes quando há intérpretes intermediando a comunicação nas universidades americanas.

O objetivo específico da pesquisa desenvolvida por Quadros (2001) foi identificar os tipos de problemas encontrados no processo da interpretação da língua fonte (o português) para a língua alvo (a língua brasileira de Sinais). Considerando a hipótese de que de fato há problemas na intermediação entre os surdos e os professores e/ou colegas através do intérprete, objetivou-se também identificar os efeitos das diferenças das modalidades das línguas na mediação da linguagem através do intérprete de língua de Sinais. Este estudo foi organizado para ser conduzido dentro da lingüística aplicada considerando questões antropológicas que reconhecem uma minoria social lingüística. No presente caso, reconhece-se a comunidade surda brasileira e sua língua como uma forma particular de manifestação cultural.

Uma das justificativas deste trabalho está relacionada à carência de profissionais intérpretes devidamente qualificados. Este problema faz com que os surdos não participem de vários tipos de atividades, não consigam avançar em termos educacionais, fiquem desmotivados a participarem de encontros, reuniões, etc. Outra justificativa é a inexistência de qualificação dos profissionais que atuam como intérpretes de língua de Sinais. Considerando a demanda existente pela própria

universidade, as pessoas que dominam a língua de sinais acabam assumindo a função de intérprete sem a devida qualificação comprometendo a qualidade da interpretação. Os surdos agradecem o fato de terem intérpretes, mas sofrem com a qualidade da interpretação tendo, muitas vezes, o seu processo de aprendizagem prejudicado.

Para realizar esta pesquisa, foram filmadas turmas em que havia intérpretes atuando em sala de aula na ULBRA⁵. Foram analisadas as produções dos intérpretes na língua de sinais comparando-se com as produções dos professores e, ou colega na língua portuguesa. Os aspectos considerados na análise foram os seguintes:

- as estruturas lingüísticas usadas
- o conteúdo semântico e pragmático
- as escolhas lexicais

Foi realizado o levantamento da equivalência das informações para se chegar às discrepâncias possíveis. A partir disso, foram identificados os efeitos da diferença na modalidade da língua no processo de interpretação com o intuito de tornar acessível aos intérpretes tais informações para minimizarem seus problemas de interpretação. Constatou-se, no entanto, que a necessidade de qualificação técnica é urgente.

A seguir será apresentada uma amostra de interpretação realizada em sala de aula em duas disciplinas diferentes. Do lado esquerdo está a versão da língua fonte (o português) e do lado direito a versão transcrita através de glosas da língua alvo (a língua brasileira de sinais).

⁵ *Gostaria de agradecer a colaboração dos intérpretes de língua de sinais por se disporem a ser filmados. A identidade destes profissionais foi preservada. Também gostaria de fazer um agradecimento especial ao aluno bolsista Alexandre Góes que realizou as filmagens tomando possível as análises apresentadas.*

AMOSTRA DE DADOS

Intérprete AMY (julho/2001)

Português	Língua brasileira de sinais - Interpretação realizada pela intérprete
... sistema previamente selecionado E	... ORGANIZAÇÃO ASPAS SELECIONAR SELECIONAR <HN>
o que eu tenho? Aquilo que tem um significado para mim. O que não tem significado, eu não vou selecionar. TEM SINAL (SIGNIFICADO) MEU <HN> ASPAS TEM SINAL MEU <HN> COLOCAR PEGAR COLOCAR PEGAR
Como se forma isso?	
Então, como é?	
Eu já tenho um conhecimento prévio e adquiero um conhecimento novo.	AGORA CONHECER NOVO PRECISA APRENDER MELHOR :
Só que a realidade externa é diferente para cada um de nós. Cada um tem uma interpretação diferente.	EU LER ENTENDER FABIANO LER ENTENDER DIFERENTE EU DELA PESSOA SENTIMENTO DIFERENTE
Por isso, quando o professor nos dá aula, cada um tem um foco diferenciado, porquê?	VARIAR ORGANIZAR PENSAR
Por que nós interpretamos conforme nosso sistema.	EU CURSO DIREITO. ANTES DIFÍCIL ESTUDAR.
Eu estou fazendo o curso de direito também. E a dificuldade se dá e como o esquema foi possível fazer tudo.	DEPOIS COMEÇAR ORGANIZAR E-S-Q-U-E-M-A MELHOR PORQUE EU COMEÇAR ORGANIZAR MEU ESTUDO
Alguém tem alguma dúvida?	ELE PERGUNTAR TEM DÚVIDA <?>

AMOSTRA DE DADOS

Intérprete Alain (junho/2001)

Português	Língua brasileira de sinais -r Interpretação realizada pela intérprete \
<p>... baixa temperatura, altas quantidades de celiaca, altas quantidades de gases nestas celiacas... Vão ser chamadas de magnas deoníticas ou graníticas.</p> <p>Por quê? Porque são magnas em que eu vou ter muito mais quartzo aqui, coisa que aqui eu não vou ter.</p> <p>A medida que vai diminuindo, começa a aumentar a quantidade dos outros. Olha aqui ó... Principalmente porque há ferros magnesianos.</p> <p>O que são ferros magnesianos?</p> <p>Temos os minerais. Eu vou falar dos minerais magnos e feltono (?)</p> <p>Isso aqui ó... se separarem, os minerais magnos são os minerais escuros e os minerais feltono (?) são os claros.</p> <p>Por quê? Porque magno de magnésio.</p> <p>Magnésio é de ferro. Por isso vocês têm um basalto e o basalto é escuro, porque ele é mais rico em ferro magnésiano.</p> <p>Minerais em ferro de magnésio. Ele não tem quartzo.</p>	<p>\ ... TEMPERATURA DIMINUIR BAIXO FRIO MUITO C-I-L-I- C-A MUITO COLOCAR G-S MISTURAR</p> <p>JUNTO SURGIR M-A-G-M-A-S TAMBÉM PEDRA G-R-A-N-I-T-I-N-O <HN> POR CAUSA</p> <p>M-A-G-M-A-S TER MAIS MAIS SURGIR Q-U-A-R-T-Z-O</p> <p>C-I-L-I-C-A DIMINUIR DIMINUIR COMEÇAR OUTRO AUMENTAR AUMENTAR C-I-L-I-C-A DIMINUIR FERRO M-A-G-N-E-S-I-A-N-O AUMENTAR JUNTO MAIS MAIS MAIS N-I-Q-U-E-L DIMINUIR</p> <ul style="list-style-type: none"> • MINERAL (?) <p>F-E-L-T-N-O SEPARAR CONSEGUIR SEPARAR N-I-Q-U-E-L PRETO M-A-G-N-E-S-I-O - DESCULPA EXPLICAR ANTES NÃO, AGORA EXPLICAR MAIS FERRO MAIS JUNTO AJUNTAR FERRO M-A-G-N-E-S-I-O JUNTO SURGIR PEDRA B-A-S-A-L-T-O (?) CERTO.</p>

Intérprete Alain (junho/2001)

Português	Língua brasileira de sinais - Interpretação realizada pela interprete
<p>O quartzo pode aparecer numa situação excepcional que depois nós vamos ver que é dentro dos geódos, dentro de vesículas, mas é excepcional, depois nós vamos ver.</p> <p>Os minerais célcidus - a palavra vem de (?) - celiaca - então são minerais claros e por isso vocês têm o granito claro constituído de minerais claros significa que ela tem muito mais celiaca. Ela tem a sílica dos silicatos, ela tem a celiaca dos (?), mas ela tem também a celiaca do quartzo.</p> <p>Aqui, ela não tem quartzo, então ela não tem, então ela não tem cílica, então é mais pobre.</p>	<p>VER BRANCO, CINZA MAIS-OU MENOS CINZA JUNTO IODO JUNTO TAMBÉM N-I-Q-U-E-L TEM F-E-L-T-O-N-O TEM C-I-L-I-C-A JUNTO.</p> <p>R-A-N-T PEDRA CURA MOSTRAR VER TEM C-C-L-I-C-A DENTRO JUNTO TEM C-I-L-I-C-A TEM TAMBÉM Q-U-A-R-T-Z-O MISTURAR JUNTO SURGIR MISTURAR TER COLOCAR C-I-L-I-C-A</p>

Estes dois trechos de tradução e interpretação simultânea do português para a língua brasileira de sinais evidenciam a grande perda de informação durante o processo, bem como, a distorção da informação em vários momentos. Não há observância da estrutura da língua de sinais em várias passagens, as escolhas lexicais são inadequadas e o conteúdo semântico é mudado, por exemplo:

(1) ... TEMPERATURA DIMINUIR BAIXO FRIO MUITO C-I-L-I-C-A MUITO COLOCAR G-S MISTURAR (versão do Intérprete)

... *baixa temperatura, altas quantidades de celiaca, altas quantidades de gases nestas celiacas* (versão em português)

Na língua brasileira de sinais, a estrutura equivalente seria:

(1a) ... T-E-M-P-E-R-A-T-U-R-A BAIXA, C-E-L-I-A-C-A ALTO, **G-S** ALTO IX<CELIACA>

O intérprete escolheu o sinal DIMINUIR ao invés do sinal BAIXA, acrescentou a informação FRIO que não consta na versão original, não utilizou o anafórico para indicar que na celíaca havia altas quantidades de gases, modificando o significado da sentença dizendo que os gases se misturaram com a celíaca. Além disso, utilizou o sinal MUITO para indicar ALTO.

Em quase todas as passagens encontram-se distorções graves desse tipo. Isso evidencia a falta de domínio das línguas utilizadas pelos intérpretes e a falta de habilidade em realizar a tradução e interpretação simultânea.

Também foram observados acréscimos de informações. O intérprete faz uma interpretação do que está sendo dito e oferece explicações pessoais a respeito do conteúdo que está sendo ministrado pelo professor. Veja a seguinte passagem:

A medida que vai diminuindo, começa a aumentar a quantidade dos outros. Olha aqui ó... Principalmente porque há ferros magnesianos.

O que são ferros magnesianos?

Temos os minerais. Eu vou falar dos minerais magnos e feltono (?)

JUNTO SURGIR **M-A-G-M-A-S** TAMBÉM PEDRA G-R-A-N-I-T-I-N-O <HN> POR CAUSA M-A-G-**M-A-S** TER MAIS MAIS SURGIR Q-U-A-R-T-Z-O C-I-L-I-C-A DIMINUIR DIMINUIR COMEÇAR OUTRO AUMENTAR AUMENTAR C-I-L-I-C-A DIMINUIR

Ferro M-A-G-N-E-S-I-A-N-O aumentar junto mais mais rnais N-I-Q-U-E-L diminuir

Vejam que nesta passagem, o intérprete tirou conclusões sobre o conteúdo ministrado pelo professor e ofereceu suas conclusões na língua alvo.

Outra constatação da pesquisa refere à qualidade da interpretação. A medida em que o tempo passa, se perde qualidade na interpretação. Os erros nas escolhas lexicais, os erros nas decisões quanto ao significado são progressivamente muito maiores após a primeira hora de interpretação simultânea.

Um problema comum observado entre os intérpretes em sala de aula, principalmente após algum tempo de interpretação simultânea, embora tenha sido encontrado em alguns casos também no início da atuação, foi a simplificação das informações. A amostra de Amy evidencia esse aspecto:

E o que eu tenho?	TEM SINAL (SIGNIFICADO) MEU <HN> ASPAS TEM SINAL MEU <HN>
Aquilo que tem um significado para mim. O que não tem significado, eu não vou selecionar.	COLOCAR PEGAR COLOCAR PEGAR
Como se forma isso?	
Então, como é?	AGORA CONHECER NOVO PRECISA
Eu já tenho um conhecimento prévio e adquire um conhecimento novo.	APRENDER MELHOR

Estas amostras ilustram os seguintes problemas identificados no processo de tradução e interpretação da língua portuguesa para a língua de sinais:

- (1) omissão de informações dadas na língua fonte;
- (2) acréscimos de informações inexistentes na língua fonte;
- (3) distorções semânticas e pragmáticas em menor ou maior grau do conteúdo veiculado na língua fonte;
- (4) escolhas lexicais inapropriadas.

Os comprometimentos gerados a partir destes problemas são tão grandes que as questões estruturais ficaram em segundo plano. As estruturas lingüísticas utilizadas apresentam inadequações, mas o comprometimento no nível semântico é tão maior e as escolhas lexicais são tão equivocadas que inviabilizaram a análise no nível puramente estrutural.

A existência de problemas desta ordem evidencia que a necessidade de profissionalização do intérprete de língua de sinais através de formação e qualificação permanente é urgente. Os intérpretes precisam de instrumentalização formal para atuar nesta profissão.

A partir das análises dos dados, foram também observados alguns efeitos da diferença na modalidade da língua no processo de interpretação que serão mencionados a seguir:

- os intérpretes quando traduzem do português para a língua de sinais estão expostos fisicamente diante dos surdos e, muitas vezes, diante dos demais participantes da situação comunicativa;
- os surdos normalmente não têm como checar a interpretação feita pelo intérprete;
- os intérpretes estabelecem um vínculo com os surdos através do olhar, restringindo a participação do falante, dependendo da disposição física dos participantes;
- o fato de estarem expostos e conectados visualmente com os surdos permite o acesso a *feedback*, comentários e indagações durante a interpretação sem interferência direta no discurso do falante;
- dependendo do contexto comunicativo, o intérprete acaba assumindo uma função que extrapolaria as relações convencionais de tradução e interpretação minimizando o papel do falante (sala de aula);

- estabelece-se uma relação de confiança que depende, inclusive, de uma relação que extrapola a profissional (os intérpretes têm que conviver com os surdos, eles não têm acesso à língua de sinais de outra forma);
- a diferença na modalidade permite o uso concomitante de sinais e de palavras orais comprometendo a estrutura da língua de sinais;
- o intérprete ao traduzir do português para a língua de sinais não interfere (não atrapalha) a fala do ministrante/do palestrante.

Tais diferenças precisariam ser consideradas na formação dos intérpretes de língua de sinais. Constatou-se que o domínio das línguas não garante a qualidade da interpretação, uma vez que os intérpretes selecionados são fluentes em ambas as línguas. Mais do que nunca, pensar no intérprete de língua de sinais na sala de aula para intermediar a interação professor-aluno em que se deve dar o processo de ensino-aprendizagem é uma responsabilidade enorme e exige qualificação específica na área da interpretação e nas áreas de conhecimento envolvidas.

9

Modelos de tradução de interpretação

Traduzir um texto em uma língua falada para uma língua sinalizada ou vice-versa é traduzir um texto vivo, uma linguagem viva. Acima de tudo deve haver um conhecimento coloquial da língua para dar ao texto fluidez e naturalidade ou solenidade e sobriedade se ele for desse jeito.

Catford (1980) define tradução da seguinte forma:

Tradução pode definir-se como a substituição de material textual numa língua (LF) por material textual equivalente noutra língua (LM). (...) O termo equivalente é sem dúvida uma palavra chave (...) Uma tarefa central em teoria de tradução consiste em definir a natureza e as condições da equivalência de tradução.

Roberts (1992) apresenta seis categorias para analisar o processo de interpretação que serão destacadas a seguir por apresentarem as competências de um profissional tradutor-intérprete:

- (1) competência lingüística - habilidade em manipular com as línguas envolvidas no processo de interpretação (habilidades em entender o objetivo da linguagem usada em todas as suas nuances e habilidade em expressar corretamente, fluentemente e claramente a mesma informação na língua alvo), os intérpretes

precisam ter um excelente conhecimento de ambas as línguas envolvidas na interpretação (ter habilidade para distinguir as idéias principais das idéias secundárias e determinar os elos que determinam a coesão do discurso).

- (2) competência para transferência - não é qualquer um que conhece duas línguas que tem capacidade para transferir a linguagem de uma língua para a outra; essa competência envolve habilidade para compreender a articulação do significado no discurso da língua fonte, habilidade para interpretar o significado da língua fonte para a língua alvo (sem distorções, adições ou omissões), habilidade para transferir uma mensagem na língua fonte para língua alvo sem influência da língua fonte e habilidade para transferir da língua fonte para língua alvo de forma apropriada do ponto de vista do estilo.
- (3) competência metodológica - habilidade em usar diferentes modos de interpretação (simultâneo, consecutivo, etc), habilidade para escolher o modo apropriado diante das circunstâncias, habilidade para retransmitir a interpretação, quando necessário, habilidade para encontrar o item lexical e a terminologia adequada avaliando e usando-os com bom senso, habilidade para recordar itens lexicais e terminologias para uso no futuro.
- (4) competência na área - conhecimento requerido para compreender o conteúdo de uma mensagem que está sendo interpretada.
- (5) competência bicultural - profundo conhecimento das culturas que subjazem as línguas envolvidas no processo de interpretação (conhecimento das crenças, valores, experiências e comportamentos dos utentes da língua fonte e da língua alvo e apreciação das diferenças entre a cultura da língua fonte e a cultura da língua alvo).
- (6) competência técnica - habilidade para posicionar-se apropriadamente para interpretar, habilidade para usar microfone e habilidade para interpretar usando fones, quando necessário.

São várias as categorias apresentadas demonstrando, portanto, a complexidade do processo em que o profissional intérprete está envolvido. Além de tais competências, o intérprete de língua de sinais está diante de processamento de informação simultânea. Assim, apresentar-se-ão algumas propostas de modelos de processamento no ato da tradução e interpretação.

Modelo Cognitivo

Três passos a serem seguidos pelo intérprete no modelo cognitivo:

- (1) Entender a mensagem na língua fonte
- (2) Ser capaz de internalizar o significado na língua alvo
- (3) Ser capaz de expressar a mensagem na língua alvo sem lesar a mensagem transmitida na língua fonte.

O processo pelo qual o intérprete passa, apresenta os seguintes passos:

Mensagem original > Recepção e compreensão > Análise e internalização > Expressão e avaliação > Mensagem interpretada para a língua alvo

Modelo Interativo

O modelo interativo aponta os componentes que afetam a interpretação. São eles:

- a) participantes: iniciador; receptor e o intérprete (e talvez ainda o "relay")
- b) mensagem
- c) ambiente (contexto físico ou psicológico)
- d) interações (os efeitos de cada categoria depende demais)

Diante de tais aspectos, os intérpretes devem considerar os seguintes aspectos:

- (1) como a mensagem está sendo interpretada (simultaneamente ou consecutivamente);
- (2) o espaço de sinalização que está sendo usado (amplo ou reduzido de acordo com a audiência);
- (3) fatores físicos (como iluminação e ruídos);
- (4) *feedback* da audiência (movimento da cabeça e linguagem corporal);
- (5) decisões em nível lexical, sintático e semântico;

Modelo Interpretativo

O intérprete deve entender as palavras e sinais para expressar seus significados corretamente na língua alvo. Interpretar é passar o SENTIDO da mensagem da língua fonte para a língua alvo.

Modelo Comunicativo

A mensagem é codificada para a transmissão. O código pode ser o português, a língua de sinais ou qualquer outra forma de comunicação. A mensagem é transmitida através de um CANAL e quando é recebida é CODIFICADA. Qualquer coisa que interfira na transmissão é considerada RUÍDO.

O intérprete não assume qualquer responsabilidade pela interação ou dinâmica de comunicação, assumindo uma posição de mero transmissor.

Modelo Sociolinguístico

O aspecto fundamental do processo de tradução e interpretação no modelo sociolinguístico baseia-se nas interações entre os participantes.

O intérprete deve reconhecer o contexto, os participantes, os objetivos e a mensagem. Podem ser consideradas as seguintes categorias:

- a recepção da mensagem;
- processamento preliminar (reconhecimento inicial);
- retenção da mensagem na memória de curto prazo (a mensagem deve ser retida em porções suficientes para então passar ao próximo passo);
- reconhecimento da intenção semântica (o intérprete adianta a intenção do falante);
- determinação da equivalência semântica (encontrar a tradução apropriada na língua);
- formulação sintática da mensagem (seleção da forma apropriada);
- produção da mensagem (o último passo do processo da interpretação).

Modelo do Processo de Interpretação

Os componentes fundamentais do modelo do processo de interpretação são os seguintes:

- (1) A análise da mensagem fonte.
- (2) A composição da mensagem alvo.

Neste modelo consideram-se os seguintes aspectos:

- habilidade processual (habilidade de compreender a mensagem e construir a mensagem na língua alvo);
- organização processual (monitoramento do tempo, estoque da mensagem em partes, busca de esclarecimento);
- competência lingüística e cultural;
- conhecimento (experiência e formação profissional);
- preparação;
- ambiente (físico e psicológico);
- filtros (hábitos do intérprete, crenças, personalidade e influências).

Modelo Bilíngüe e Bicultural

Neste modelo há uma consideração especial quanto à postura do intérprete e seu comportamento em relação às línguas e culturas envolvidas. Também, o intérprete tem a autonomia de definir seu papel com base em cada contexto.

Quanto ao desenvolvimento de pesquisas na área da interpretação, tem-se como objetivo delinear as características dos bons intérpretes e das boas interpretações. A partir dos resultados, acredita-se que será possível reexaminar os modelos de interpretação e contribuir para a formação de intérpretes.

Algumas conclusões a partir destes modelos:

- (1) Ênfase no significado e não nas palavras.
- (2) Cultura e contexto apresentam um papel importante em qualquer mensagem.
- (3) Tempo é considerado o problema crítico (a atividade é exercida em tempo real envolvendo processos mentais de curto e longo prazos).
- (4) Interpretação adequada é definida em termos de como a mensagem original é retida e passada para a língua alvo considerando-se também a reação da audiência.

Os intérpretes devem saber:

- As línguas envolvidas
- Entender as culturas em jogo
- Ter familiaridade com cada tipo de interpretação
- Ter familiaridade com o assunto

10

O intérprete e os discursos a interpretar

O profissional intérprete é aquele que interpreta a mensagem de forma "precisa e apropriada" de uma língua para permitir que a comunicação aconteça entre pessoas que não usam a mesma língua, isto é, o profissional intérprete intermedia a interação comunicação.

Passar a mensagem de forma "precisa e apropriada" é uma questão complicada. O objetivo da tradução-interpretação tem sido centrado neste aspecto. Os poucos treinamentos de profissionais intérpretes no estado constituíram-se de exercícios de tradução-interpretação da fala para sinais e vice-versa e discussão sobre técnicas de processamento de informação. O foco está no vocabulário e nas frases. Decisões sobre o significado estão baseadas nas palavras.

Pensa-se no intérprete como um reproduzidor do texto - sinais, palavras, sentenças. Os falantes jogam o papel principal neste caso e os ouvintes são anônimos. A idéia é de que o papel do intérprete deva ser secundário.

No entanto, as pesquisas indicam que palavras e frases como unidades de significado não correspondem ao entendimento do discurso, significado e interação entre os participantes do ato de fala. As palavras, as frases tomam significados que podem variar de acordo com os diferentes contextos e pessoas que participam do discurso.

A fala é um processo dinâmico. E a percepção do intérprete como passiva e neutra é um grande problema. Este problema envolve questões éticas. É óbvio que o intérprete deve resolver impasses éticos (tomar decisões diante de dilemas éticos), mas naturalmente ele está envolvido no processo. Por exemplo, a ele são dirigidas perguntas diretas. Um breve comentário por parte do intérprete minimiza a participação do intérprete na situação em que o foco deve permanecer nos participantes primários.

Uma visão que enfatiza o discurso, que entende que as pessoas usam a linguagem para fazer coisas e que sempre acontece com objetivos específicos através de convenções sociais, Lingüísticas, interativas e estilos conversacionais, deve ser considerada.

A perspectiva da interpretação é de uma atividade interativa dinâmica. As questões neste sentido são: Como todos os participantes estão elaborando o sentido sobre o que estão falando? O que eles estão fazendo ao falar? Esta interação é uma atividade em que os participantes determinam a cada minuto o significado de alguma coisa que é dita. Esta atividade envolve um ato interpretativo baseado na experiência dos participantes em situações similares bem como o conhecimento gramatical e lexical.

Considerando os tipos de discurso existentes, apresentamos alguns nos quais o intérprete de língua de sinais está constantemente exposto (Callow: 1974:13):

- Narrativo - reconta uma série de eventos ordenados mais ou menos de forma cronológica
- Persuasivo - objetiva influenciar a conduta de alguém
- Explicativo - oferece informações requeridas em determinado contexto
- Argumentativo - objetiva provar alguma coisa para a audiência
- Conversacional - envolve a conversação entre duas ou mais pessoas
- Procedural - dá instruções para executar uma atividade ou usar algum objeto

Os intérpretes devem criar expectativas em relação aos tipos de discurso que alguém irá usar em determinados contextos. Aos poucos se aprende que algumas expressões estão associadas a um tipo específico de discurso, por exemplo, "por que" e "razão" são freqüentemente usados em um discurso persuasivo; "como" e "passos" indicam um discurso procedural; "versus", "ou" e "comparação" são palavras típicas de discursos argumentativos; "estória" e "conto" são freqüentemente associados com um discurso narrativo; "descrição" sugere um discurso explicativo. Assim, o intérprete tem condições de identificar os elementos possíveis que serão apresentados de acordo com o tipo de discurso preparando-se de antemão e dispondo de tais elementos de forma mais pronta e imediata durante a sua atuação.

11

Contrastes entre a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa

A lingüística contrastiva caracteriza-se pela comparação entre duas, ou mais línguas quanto aos níveis fonológico, semântico/pragmático, morfológico e sintático.

Vandresen (1988) define lingüística contrastiva da seguinte forma:

A lingüística contrastiva é uma subárea da lingüística geral, interessada em apontar similaridades e diferenças estruturais entre a língua materna (de um grupo de alunos) e uma língua estrangeira.

(Vandresen 1988:77)

Kato (1988) apresenta uma taxonomia de similaridades e contrastes entre as línguas e verifica uma série de regularidades. São elas:

- a) *que há similaridades comportamentais que não precisam ser explicitadas por constituírem a base comum das línguas naturais;*
- b) *que se duas línguas compartilham muitas similaridades tipológicas, estas poderão servir de base para as primeiras inferências quanto ao significado das formas em língua estrangeira;*
- c) *quanto às diferenças, por serem sistemáticas, admitem um tratamento inferencial e heurístico.*

(Kato,1988:15)

Ao se observar as diferenças entre as produções na língua portuguesa e na língua brasileira de sinais percebem-se uma série de diferenças. A seguir serão listadas algumas delas:

- (1) A língua de sinais é visual-espacial e a língua portuguesa é oral-auditiva.
- (2) A língua de sinais é baseada nas experiências visuais das comunidades surdas mediante as interações culturais surdas, enquanto a língua portuguesa constitui-se baseada nos sons.
- (3) A língua de sinais apresenta uma sintaxe espacial incluindo os chamados classificadores. A língua portuguesa usa uma sintaxe linear utilizando a descrição para captar o uso de classificadores.
- (4) A língua de sinais utiliza a estrutura tópico-comentário, enquanto a língua portuguesa evita este tipo de construção.
- (5) A língua de sinais utiliza a estrutura de foco através de repetições sistemáticas. Este processo não é comum na língua portuguesa.
- (6) A língua de sinais utiliza as referências anafóricas através de pontos estabelecidos no espaço que exclui ambigüidades que são possíveis na língua portuguesa.
- (7) A língua de sinais não tem marcação de gênero, enquanto que na língua portuguesa o gênero é marcado a ponto de ser redundante.
- (8) A língua de sinais atribui um valor gramatical às expressões faciais. Esse fator não é considerado como relevante na língua portuguesa, apesar de poder ser substituído pela prosódia.
- (9) Coisas que são ditas na língua de sinais não são ditas usando o mesmo tipo de construção gramatical na língua portuguesa. Assim, tem vezes que uma grande frase é necessária para dizer poucas palavras em uma ou outra língua.
- (10) A escrita da Língua de sinais não é alfabética.

Imaginem os problemas que podem surgir se tais diferenças não forem consideradas. O problema mais grave na tradução e interpretação entre essas duas línguas está diretamente relacionado com a falta de atenção dada às diferenças. Tal fato acarreta uma série de problemas, como, por exemplo, a falta de confiança no profissional pelas pessoas que solicitam esse tipo de serviço.

Tem sido constatado ao longo do tempo que muitos intérpretes não são compreendidos no Brasil. Nos últimos congressos, em que surdos brasileiros estavam presentes, a reclamação pela falta de entendimento da interpretação da língua portuguesa para a língua brasileira de sinais foi declarada diante de todos os participantes. E o que acontece na interpretação da língua brasileira de sinais para a língua portuguesa? Por que os intérpretes, normalmente não gostam de fazer essa versão?

Muitos surdos que apresentam trabalhos têm o seu intérprete particular e não aceitam outros profissionais por não confiarem em seu trabalho. Um profissional sem credibilidade certamente não será bem sucedido.

Diante dessas informações, considera-se fundamental que o intérprete reveja o seu processo de aquisição da língua de sinais e reflita sobre qual o seu desempenho na tradução e interpretação de uma para outra língua. Se os surdos estão declarando a não compreensão das traduções e interpretações feitas pelos "profissionais" intérpretes, será que as competências desse profissional estão realmente sendo consideradas? Perceber os contrastes não basta, isso simplesmente serve para alertar as pessoas que estão exercendo a função de intérpretes. É necessário verificar as falhas no processo e buscar qualificação permanente.

12

O futuro profissional tradutor e intérprete de língua de sinais

O intérprete de língua de sinais no Brasil é um profissional com uma carreira promissora. Considerando as conquistas em nível legal, o contexto sócio-histórico e o momento político atual, pode-se projetar um futuro brilhante para os futuros profissionais desta área. Há vários cursos de capacitação sendo ministrados em diferentes pontos do Brasil. Tais cursos funcionam como cursos de validação, pois são voltados para àqueles profissionais intérpretes empíricos, ou seja, os intérpretes de língua de sinais que atuam sistematicamente sem nenhum tipo de formação formal. Além de tais cursos, estão sendo propostos cursos seqüenciais, ou seja, cursos de formação em nível superior com duração de dois a dois anos e meio. Esses cursos prevêm a formação de intérpretes oferecendo disciplinas que contemplam as competências e habilidades em relação às línguas envolvidas, as competências e habilidades técnicas e o domínio de conhecimentos específicos em relação à tradução e interpretação.

O profissional intérprete de língua de sinais será um profissional altamente qualificado e prestará serviços observando os preceitos éticos e suas competências nas áreas em que atuará como intérprete.

A FENEIS se manterá como o órgão que avaliará a certificação destes profissionais e fiscalizará a sua atuação. Assim, ter-se-ão profissionais

competentes atuando juntamente às comunidades surdas em todos os níveis de exigências e em diferentes áreas de atuação.

Na educação, o intérprete de língua de sinais será altamente requisitado, uma vez que na grande parte do país, as escolas não são escolas para surdos. A atuação do intérprete em sala de aula será objeto de estudo de várias pesquisas, pois implicará em revisão constante de seu papel nos diferentes níveis de ensino.

O futuro do profissional intérprete é um desafio.

Referencial Bibliográfico

BAHAN, B. *Non-manual realization of agreement in American Sign Language*. Ph.D. Dissertation, Boston University, Boston, MA. 1996.

BEHARES, L. Lingüística Contrastiva. Palestra proferida no *Curso de Preparação de instrutores de Língua de Sinais*. Santa Maria/RS. 23 a 27 de setembro de 1991.

BELLUGI, U. & KLIMA, E. *The Roots of Language in the Sign Talk of the Deaf*. Psychology Today. 1972.

_____ *The signs of language*. Harvard University Press, Cambridge, MA. 1979.

_____ The link between hand and brain: implications from a visual language. In D. Martin (Ed.) *Advances in Cognition, education, and deafness*. Washington, DC. Gallaudet University Press. 1991. 11-35

BERENT, G. P. The acquisition of english syntax by deaf learners. In *Handbook of second language acquisition*. Edited by William C. Ritchie & Tej. Bhatia. Academic Press. San Diego: CA. 1996.

BORDEN, B. *The art of interpreting*. Hayden-McNeil Publishing Inc. Plymouth, Michigan. 1996.

- BRASEL, B. The effects of fatigue on the Competence of interpreters for the deaf. In *Selected reading in the Integration of Deaf Students at CSUN*. Ed. H. Murphy. Northridge. CA: California State University. 1976.
- CHOMSKY, N. Bare Phrase Structure. In WEBELHUTH, G. *Goverment and Binding and the Minimalist Program*. Blackwell. Oxford & Cambridge USA. 1995. 383-440.
- COKELY, D. *Interpretation: A Socioinguistic Model*. Linstok Press. 1992a.
- COKELY, D. The effects of lag time on interpreter errors. In *Sign Language Interpreters and Interpreting*. Linstok Press. 1992b.
- ELLIS, Rod. *Second Language Acquisition and Language Pedagogy*. Multilingual Matters Ltd. Clevedon. Philadelphia. Adelaide. 1993.
- EMMOREY, k. Repetition Priming with Aspect and Agreement Morphology in American Sign Language. *Journal of Psycholinguistic Sign Language*, v.20. n.5. p. 365-388. 1991.
- FELIPE, T. Por uma Tipologia dos Verbos na LSCB. *Anais do VII Encontro Nacional da ANPOLL*. Goiânia, [s.n.] 1993. p. 726-743.
- FERNANDES, E. *Problemas Lingüísticos e Cognitivos do Surdo*. AGIR. Rio de Janeiro. 1990.
- FERREIRA BRITO, L. *Por uma gramática das línguas de sinais*. Tempo Brasileiro. UFRJ. Rio de Janeiro. 1995.
- _____ *Integração Social & Educação de Surdos*. Babel Editora. RJ. 1993.
- _____ Comparação de Aspectos Lingüísticos da LSCB e do português. Conferência apresentada no *II Encontro Nacional de Pais e Amigos de Surdos*. Porto Alegre. 27 a 29 de novembro de 1986.

HANSEN, B. *Sign Language Interpreting in Scandinavia*. Lecture at the World Federation of the Deaf's Congress in Tokyo. 1991.

HASSINEN, L, LEHTOMÄKI, E. & SAASTAMOINEN, M. *Interpreting services for the deaf, deaf-blind and deafened people in Finland*. The Finnish Association of the Deaf. 1990.

<http://www.deafmall.net/deaflinx/edcoe.html> (2002) Página acessada no dia 03/06/2002.

<http://www.deafmall.net/deaflinx/useterp2.html> (2002) Página acessada no dia 03/06/2002.

HURWITZ, T. Interpreter's effectiveness in reverse interpreting: Pidgin Sign English & American Sign Language. In *A Decade of interpreting Awareness*. Ed. Caccamise et al. Silver Spring. MD: Registry of Interpreters for the Deaf. 1980.

INGRAM, R. Interpreters' recognition of Structure & meaning. In *Sign Language Interpreters and Interpreting*. Linstok Press. 1992.

JOHNSON, k. Miscommunication in Interpreted classroom interaction. In *Sign Language Interpreters and Interpreting*. Linstok Press. 1992.

JOHNSON, R., PATRIE, C. & ROY, C. *Master of Arts in Interpreting: Curriculum and Evolution Procedure*. Departament of Linguistic and Interpreting. Gallaudet University. 1991.

GÕES, M.C.R. *Linguagem, Surdez e Educação*. Editora Autores Associados. Campinas. 1996.

KARNOPP, L. B. *Aquisição do parâmetro configuração de mão dos sinais da LIBRAS: estudo sobre quatro crianças surdas filhas de pais surdos*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras e Artes. PUCRS. Porto Alegre. 1994.

- KATO, Mary A. Uma taxionomia de similaridades e contrastes entre linguas. Em *Tópicos de Lingüística Aplicada: O ensino de Linguas Estrangeiras*. H. Bohn & P. Vandresen (Org.) Editora da UFSC. Série Didática. Florianópolis. 1988. (139-153).
- LIDDELL, S. *American Sign Language Syntax*. Mouton Publisher. The Hague. 1980.
- LILLO-MARTIN, D. C. *Parameter setting: evidence from use, acquisition, and breakdown in American Sign Language*. Doctoral Dissertation. University of California, San Diego. University Microfilms International, Ann Arbor, Michigan. 1986.
- LOEW, Ruth C. *Roles and reference in American Sign Language: a development perspective*. Doctoral Thesis. University of Minnesota. 1984.
- LUCAS, C. *Sign language research*. Washington, DC. Gallaudet University Press. 1990.
- PADDEN, C. The Relation Between Space and Grammar in ASL Verb Morphology. In *Sign Language Research - Theoretical Issues*. Gallaudet University Press. Washington. 118-132. 1990.
- PETITTO, L. On the Autonomy of Language and Gesture: Evidence from the Acquisition of Personal Pronouns in American Sign Language. In *Cognition*. Elsevier Science Publisher B.V. vol. 27. 1987. (1-52).
- PETITTO & MARENTETTE. Babbling in the Manual Mode: Evidence for the Ontonegy of Language. In *Science*, v.251. American Association for the Advancement of Science. 1991. p.1397-1556.
- QUADROS, R. M. de. *As categorias vazias pronominais: uma análise alternativa com base na LIBRAS e reflexos no processo de aquisição*. Dissertação de Mestrado. PUCRS. Porto Alegre. 1995. (disponível no site www.ronice.com.br)

_____ *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Artes Médicas. Porto Alegre. 1997.

_____ *Phrase Structure of Brazilian Sign Language*. Tese de Doutorado. PUCRS. Porto Alegre. 1999. (disponível no site www.ronice.com.br)

_____ Relatório de pesquisa "O intérprete na sala de aula". Pesquisa financiada pela **ULBRA. Canoas. 2001.**

REHFELDT, G. K. Linguistics bases for the description of Brazilian Sign language. In Harry W. Hoemann (Ed.) *The sign language of Brazil*. Mill Neck Foundation. N.Y. 1981.

RUDSER, S. Linguistic analysis of **changes** in interpreters' language 1973-1985. In *Sign Language Interpreters and Interpreting*. Linstok Press. 1992.

SIPLE, P. *Understanding Language Through Sign Language Research*. Academic 1 Press. New York. San Francisco. London. **1978.**

SLOBIN, D. I. *The crosslinguistic study of language acquisition*. Volume 1. Lawrence Erlbaum Associates, Publishers. Hillsdale, New Jersey. 1986.

STEWART, D., SCHEIN, J. & CARTWRIGHT, B. *Sign language interpreting*. Allyn & Bacon. Boston. 1996.

STOKOE, William C; CASTERLINE, Dorothy C. & CRONEBERG, Carl G. *A dictionary of American Sign language on Linguistic principles*. **New Edition**. Listok Press. 1976.

STRONG, M. & RUDSER, S. The subjective assessment of sign language interpreters. In *Sign Language Interpreters and Interpreting*. Linstok Press. 1992.

VANDRESEN, Paulino. Lingüística contrastiva e ensino de línguas estrangeira. Em *Tópicos de Lingüística Aplicada: O ensino de Línguas Estrangeiras*. H. Bohn & P. Vandresen (Org.) Editora da UFSC. Série Didática. Florianópolis. 1988. (75-94).

WESTPHAL, G. F. La Enseñanza de Lenguas y el Enfoque natural. Paper apresentado no *II Seminário de Lingüística e Ensino de Línguas Modernas*. Setembro de 1995. Departamento de Letras. PUCRS. 1995.

WOOL, Bencie. *Survey of Sign Language Interpreter Training and Provisiion in the European Community*. European Sign Language Centre. University of Bristol. England. 1985-1986.

Secretaria de Educação Especial
Esplanada dos Ministérios
Bloco L, 6º andar - Gabinete
seesp@mec.gov.br - www.mec.gov.br



Ministério
da Educação

